



anp
Agência Nacional
do Petróleo,
Gás Natural e Biocombustíveis





Diretrizes Ambientais

Priscilla de Almeida Barnabé

Superintendência de Segurança Operacional e Meio Ambiente

29.03.2019 – Rio de Janeiro

Resolução CNPE nº 17/2017

-  Avaliações Ambientais de Áreas Sedimentares
-  Manifestação Conjunta do Ministério de Minas e Energia e do Ministério do Meio Ambiente
-  Órgãos Estaduais do Meio Ambiente
-  Antecipação e solução de possíveis conflitos ainda na etapa de definição de blocos

Pareceres ambientais

Blocos Marítimos/Terrestres

GTPEG






Grupo de Trabalho
Interinstitucional de Atividades de
Exploração e Produção
de Óleo e Gás

Blocos Terrestres




Órgãos Estaduais de Meio Ambiente
(OEMAs) responsáveis pelo(a):

- Licenciamento Ambiental
- Gestão das Unidades de Conservação Estaduais

Pareceres ambientais

-  13 órgãos ambientais estaduais envolvidos, além do GTPEG.
-  Validação de pareceres ambientais emitidos em rodadas anteriores.
-  Apresentação de 884 blocos e 14 áreas com acumulações marginais no pré-edital.
-  616 blocos foram analisados e considerados aptos à atividade de E&P pelos órgãos ambientais.
-  Destes, 158 foram apresentados na Audiência Pública nº 08/2018, realizada em 20/06/2018.

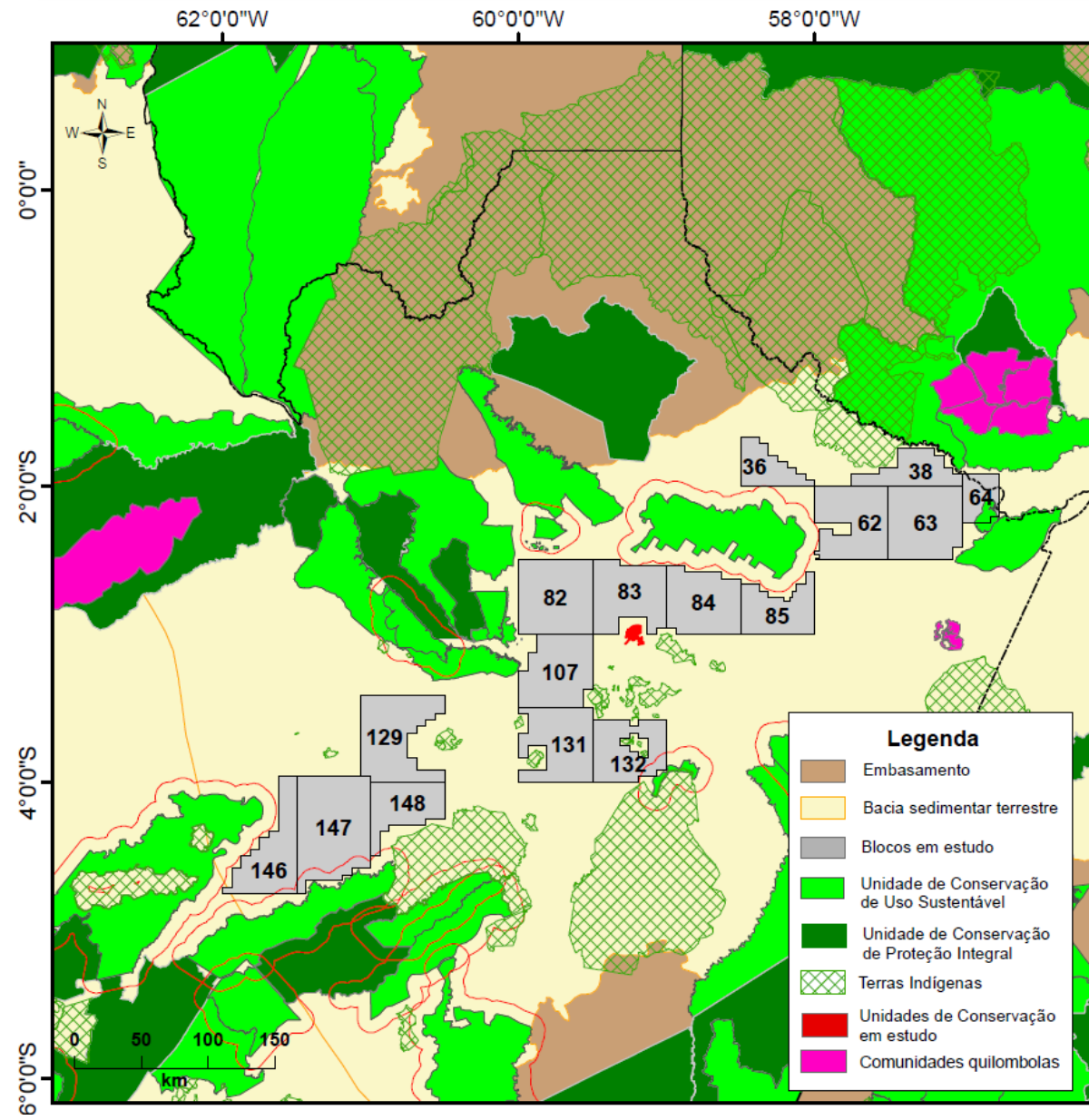
Pareceres ambientais

-  Os 458 restantes serão apresentados nesta audiência, juntamente com 14 áreas com acumulações marginais.
-  As demais áreas divulgadas no pré-edital estão pendentes de análise pelos órgãos ambientais.
-  Tabela resumo com as recomendações dos órgãos ambientais.



Bacias Terrestres

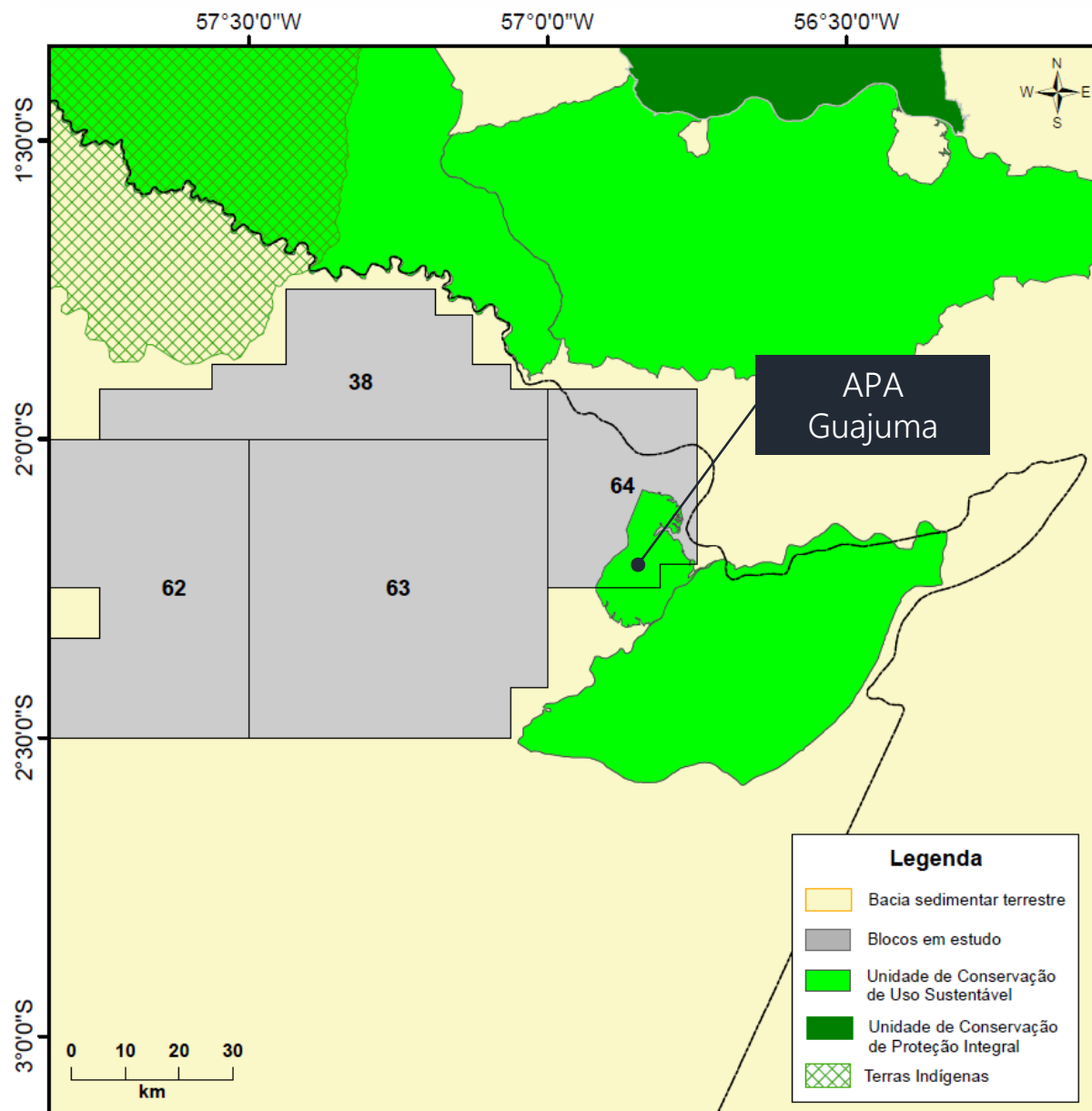
Bacia do Amazonas



IPAAM/AM

Não há sobreposição com unidades de conservação estaduais de proteção integral, terras indígenas e/ou assentamentos.

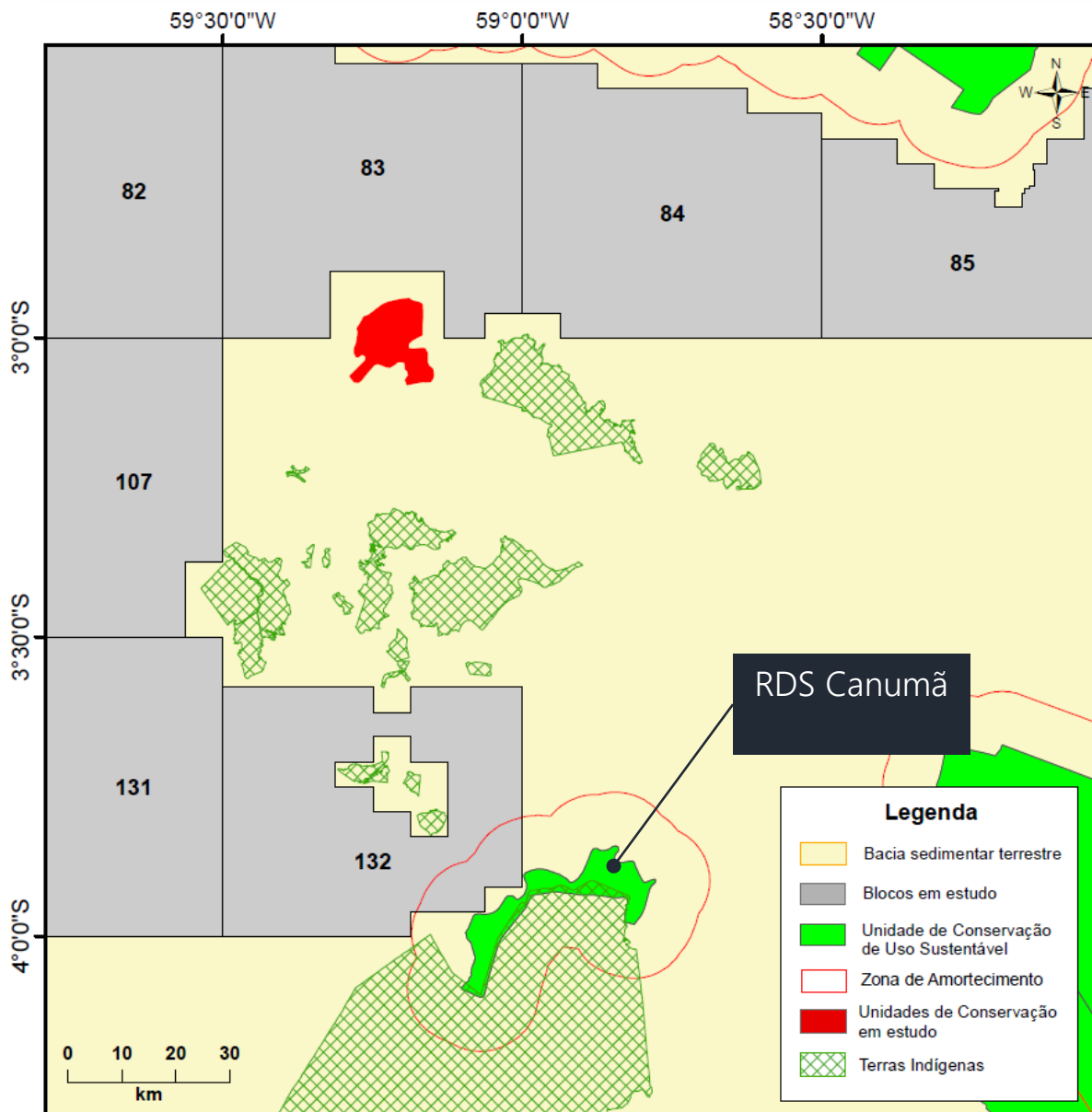
Bacia do Amazonas



IPAAM/AM

Identificada
sobreposição com a
APA Guajuma.

Bacia do Amazonas

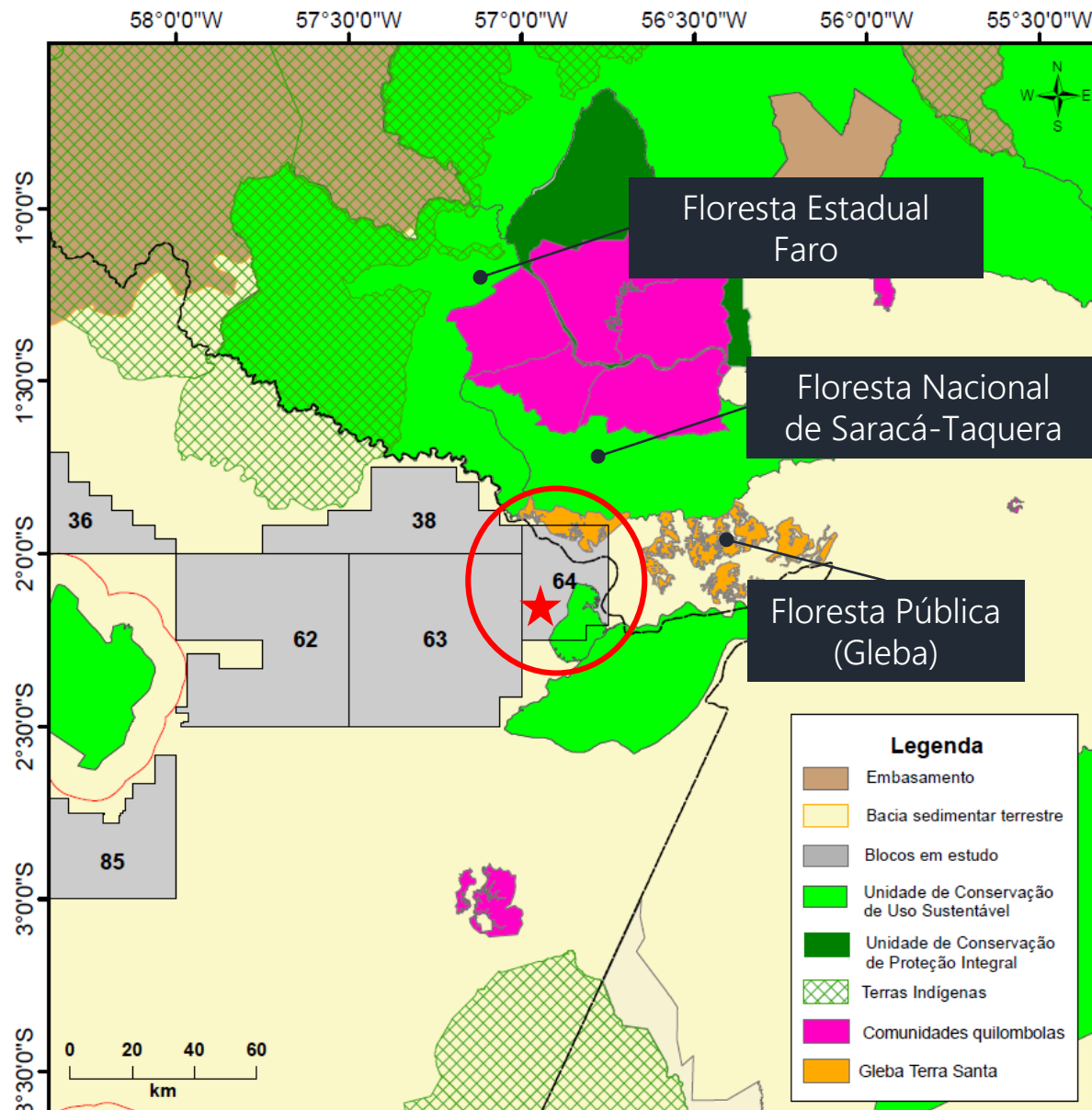


IPAAM/AM

Proximidade com RDS
Canumã (0,5 km).

Recomendou que a
SEMA seja
consultada durante o
processo de
licenciamento.

Bacia do Amazonas



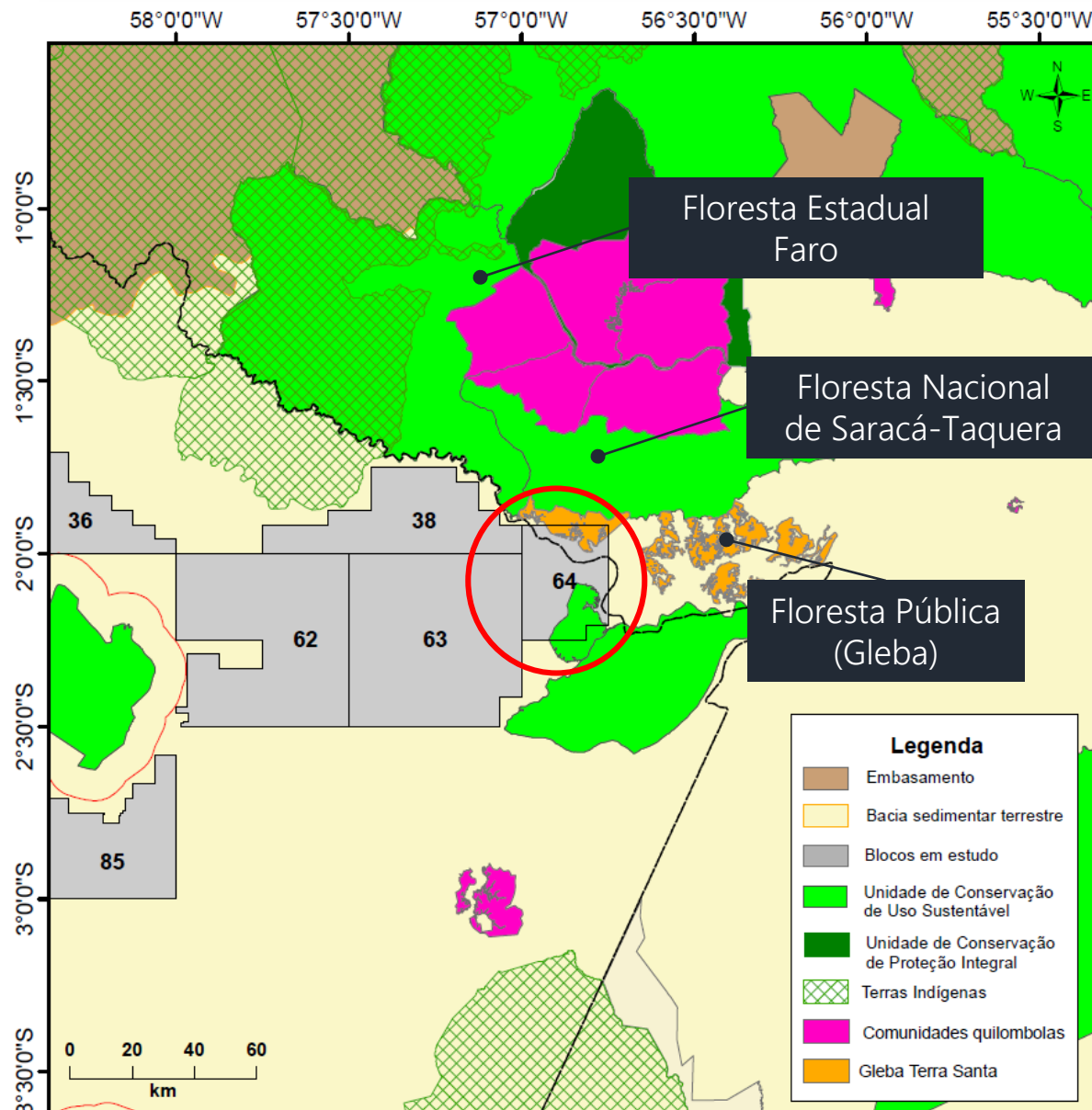
SEMAS/PA

Não há sobreposição com UC estadual ou suas zonas de amortecimento, terras indígenas e/ou assentamentos.

A SEMAS informou que UC estadual mais próxima é a Floresta Estadual Faro que se encontra a 3,18 km.

Sobreposição com a Floresta Pública Federal Tipo B (Terra Santa – Gleba arrecadada sem destinação).

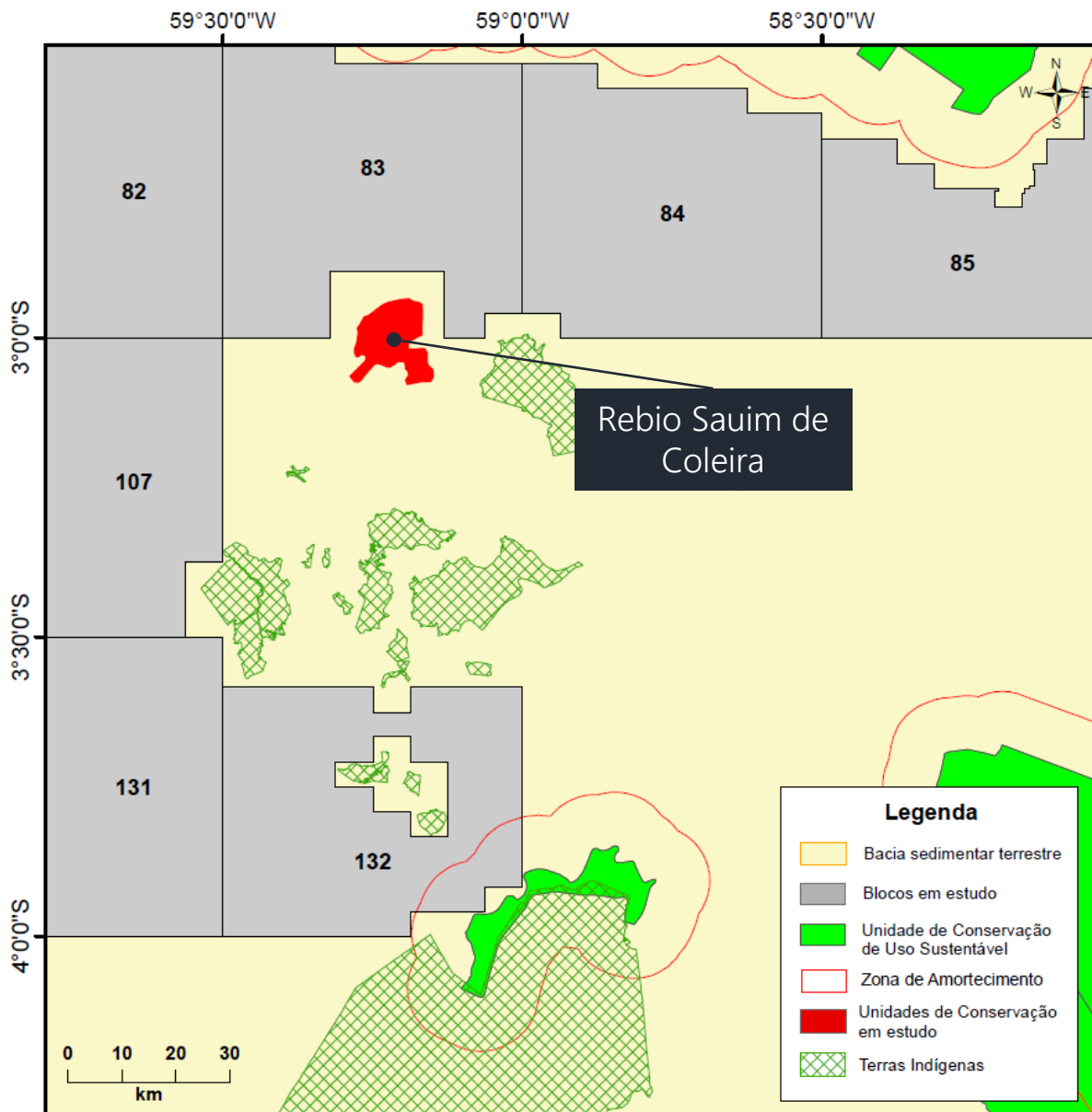
Bacia do Amazonas



SEMAS/PA

Destacou a grande ocorrência de cursos d'água (mais expressivo é o Rio Nhamundá).

Bacia do Amazonas



GTPEG

Adequação do bloco
AM-T-83 (Rebio
Sauim de Coleira).

Sobreposição com o rio
Amazonas ou seus
afluentes.

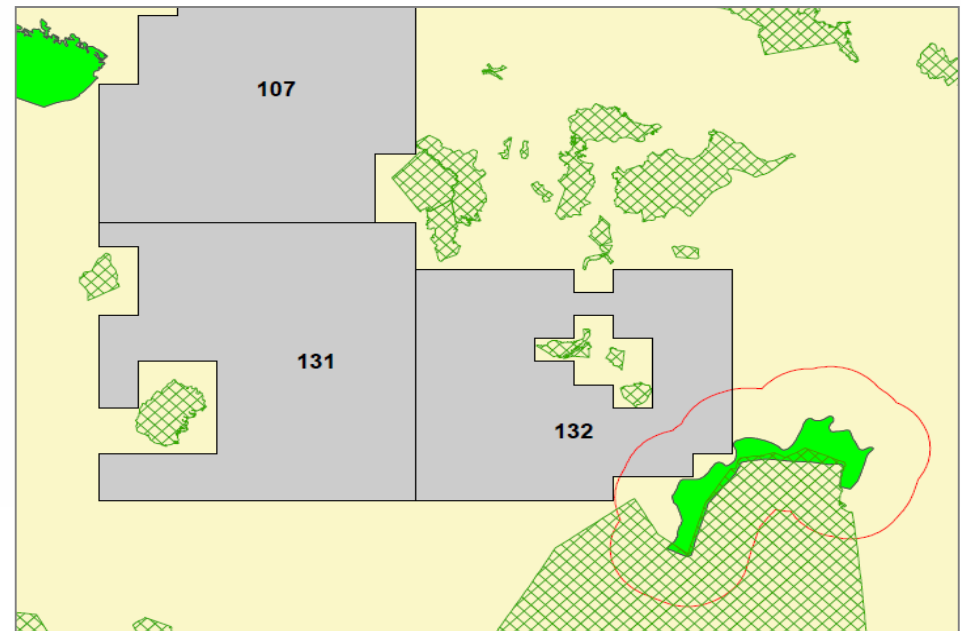
A exploração nas
bacias amazônicas
apresenta grandes
desafios.

Bacia do Amazonas

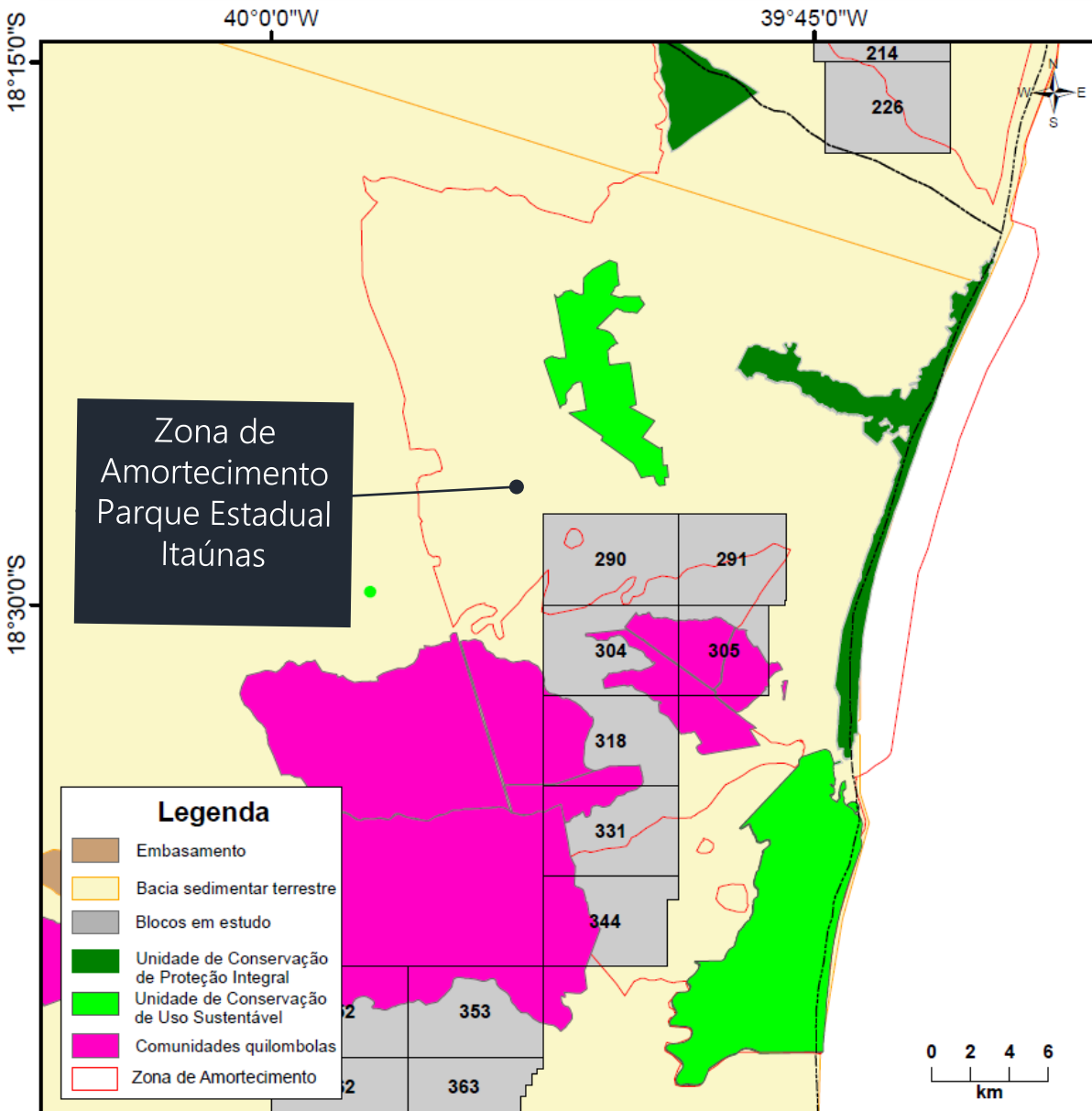
GTPEG

Não deverá ser permitida perfuração direta sobre áreas alagáveis, devendo ser avaliada previamente a viabilidade do uso de tecnologias alternativas (poços direcionais).

Sobreposição de blocos com terras indígenas em estudo: AM-T-131 (T.I. Muratuba) e AM-T-132 (T.I. Pantaleão e T.I. Capivara).



Bacia do Espírito Santo

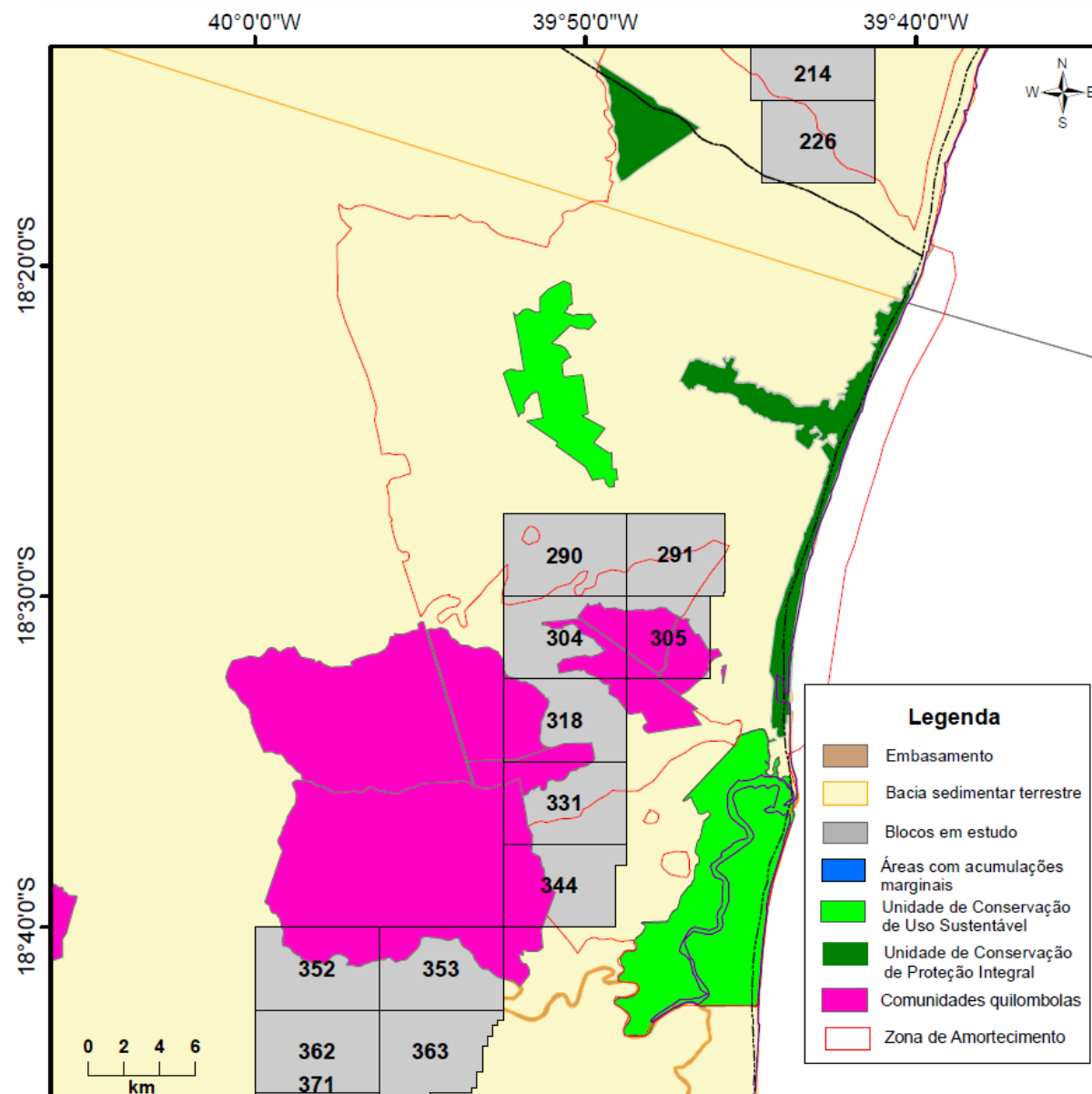


IEMA/ES

Alguns blocos estão sobrepostos a zona de amortecimento do Parque Estadual de Itaúnas e/ou comunidades quilombolas: ES-T-290, 291, 304, 305, 318*, 331, 344, 352* e 353*.

* Blocos que se sobrepõem somente a comunidades quilombolas.

Bacia do Espírito Santo



IEMA/ES

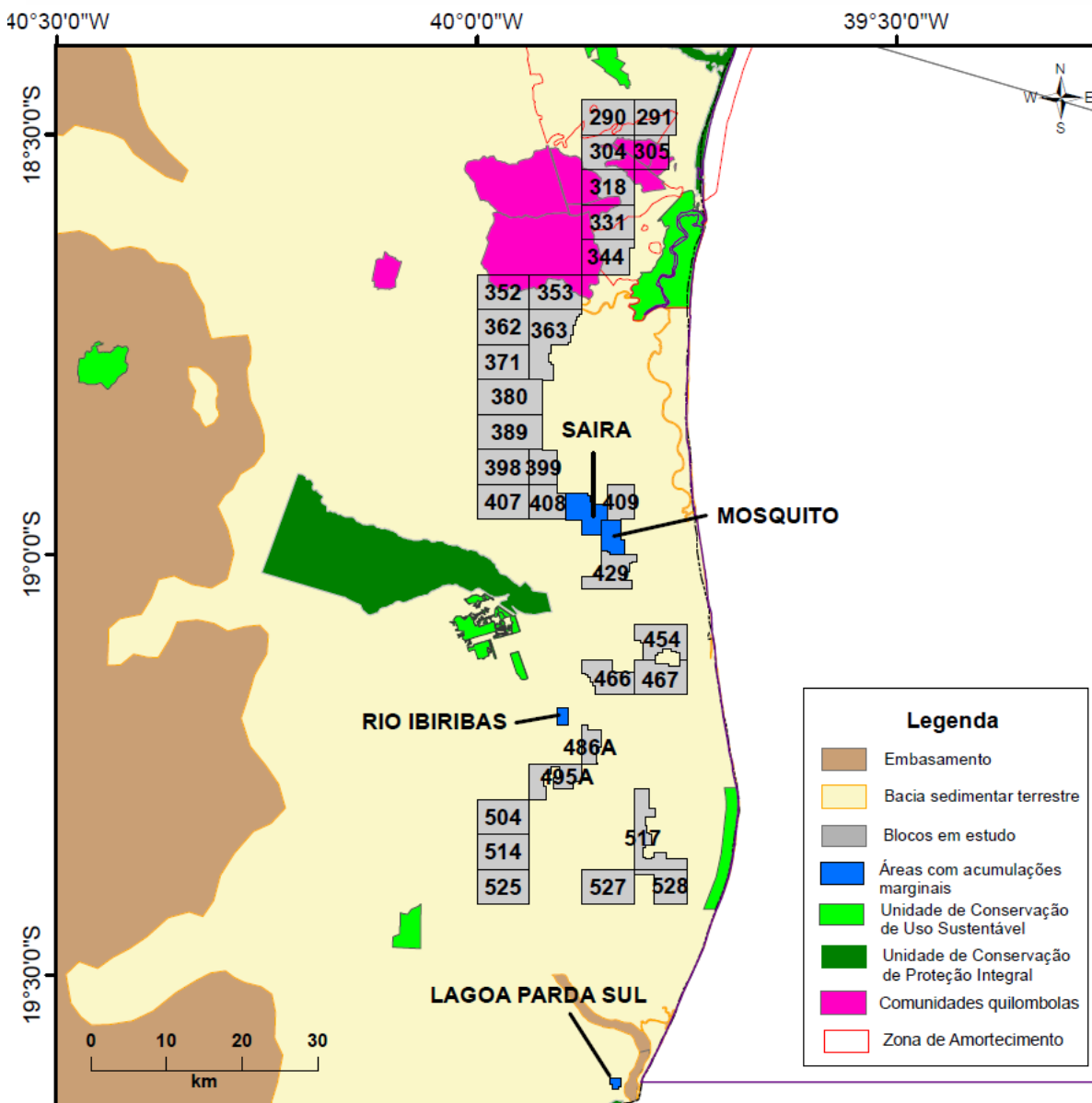
ES-T-290 e 291:
sobreposição com áreas
de interesse à
preservação, podendo
implicar em maiores
restrições ambientais no
processo de
licenciamento.

Bacia do Espírito Santo

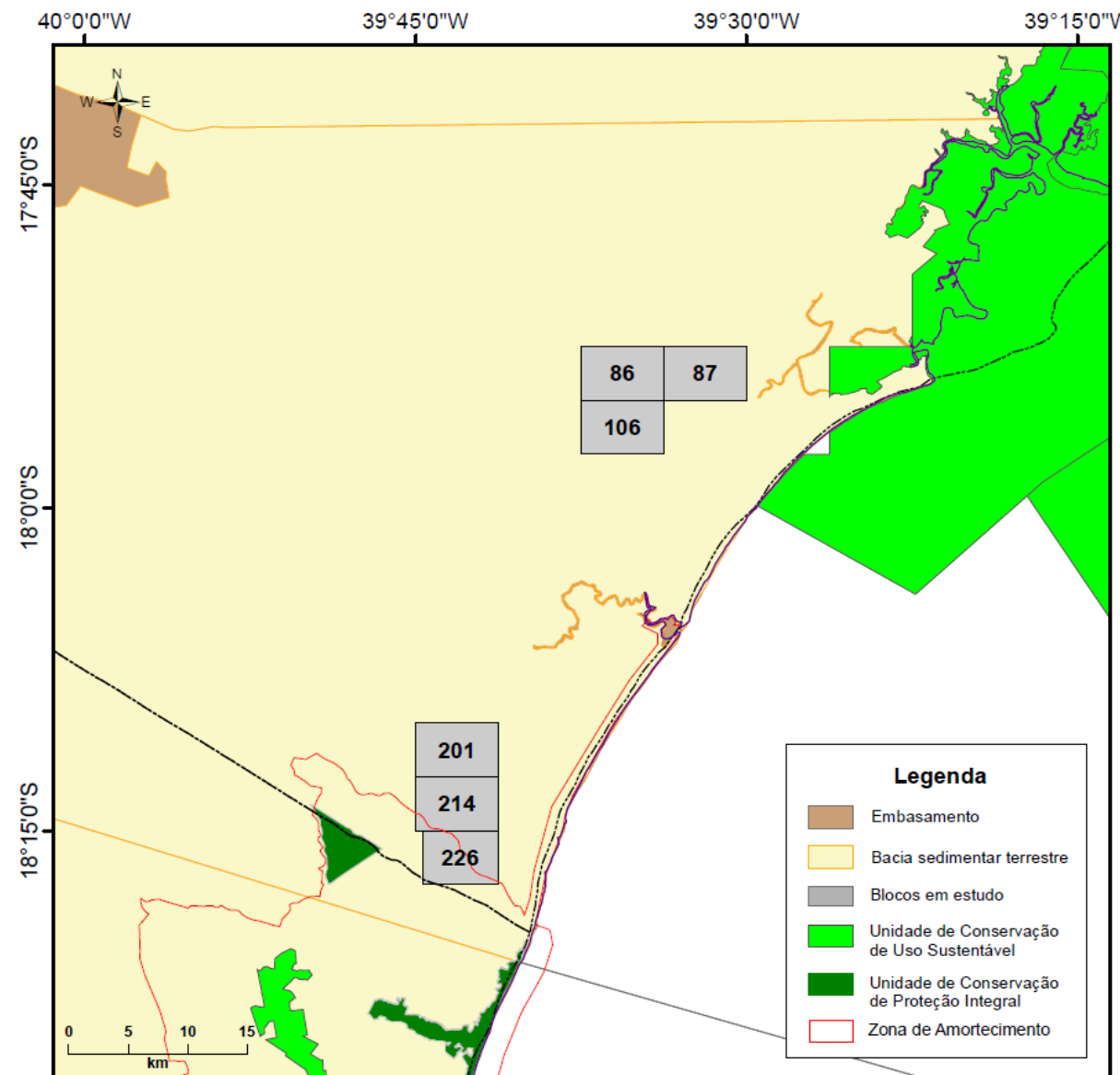
IEMA/ES

Sobreposição com áreas prioritárias para conservação e corredores ecológicos.

Nenhuma área com acumulação marginal (Lagoa Parda Sul, Mosquito, Saira e Rio Ibiribas) interfere em áreas ambientalmente protegidas.



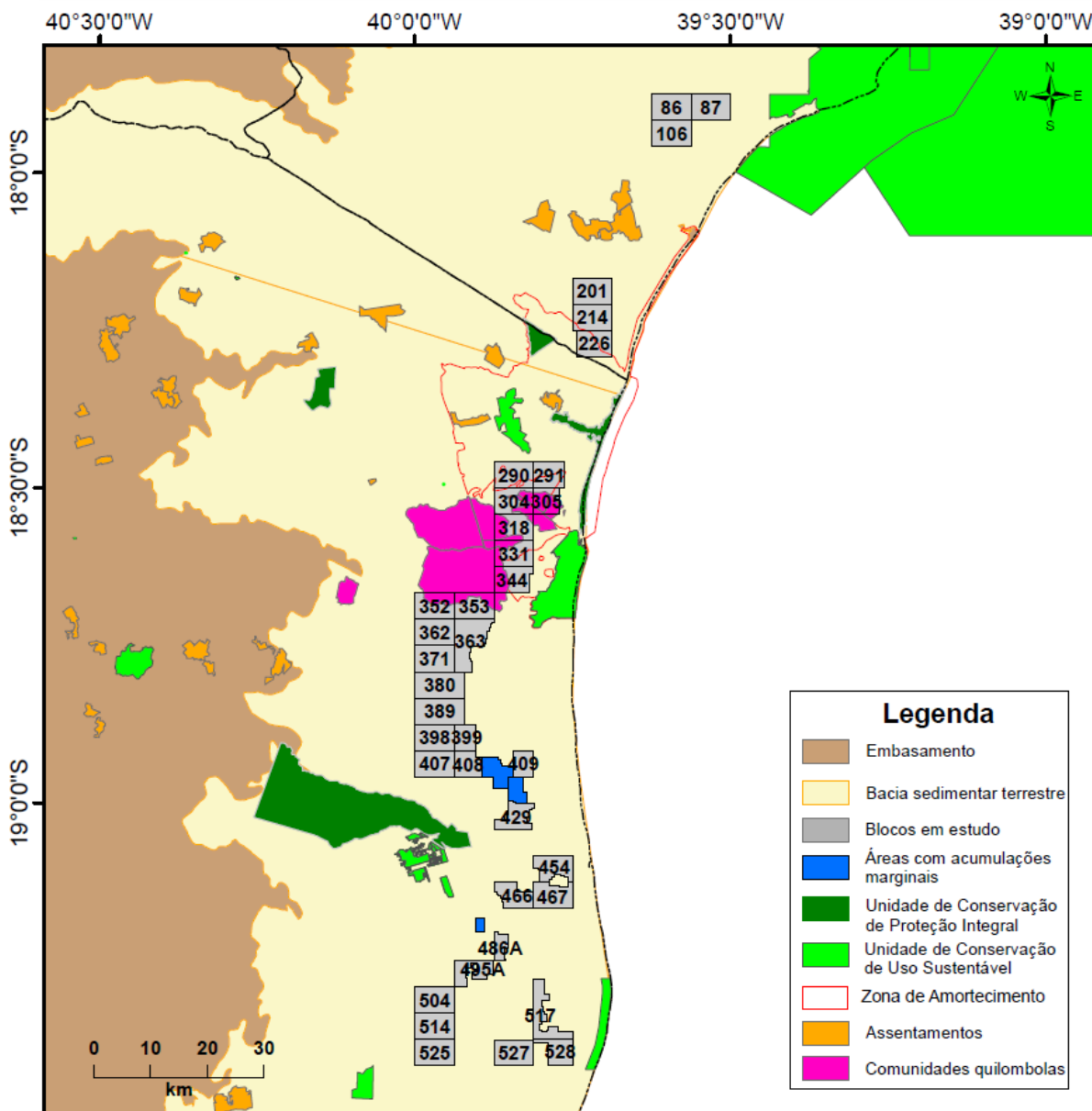
Bacia do Espírito Santo



SEMARH/BA

Não foi identificada sobreposição com unidades de conservação estaduais ou suas zonas de amortecimento.

Bacia do Espírito Santo

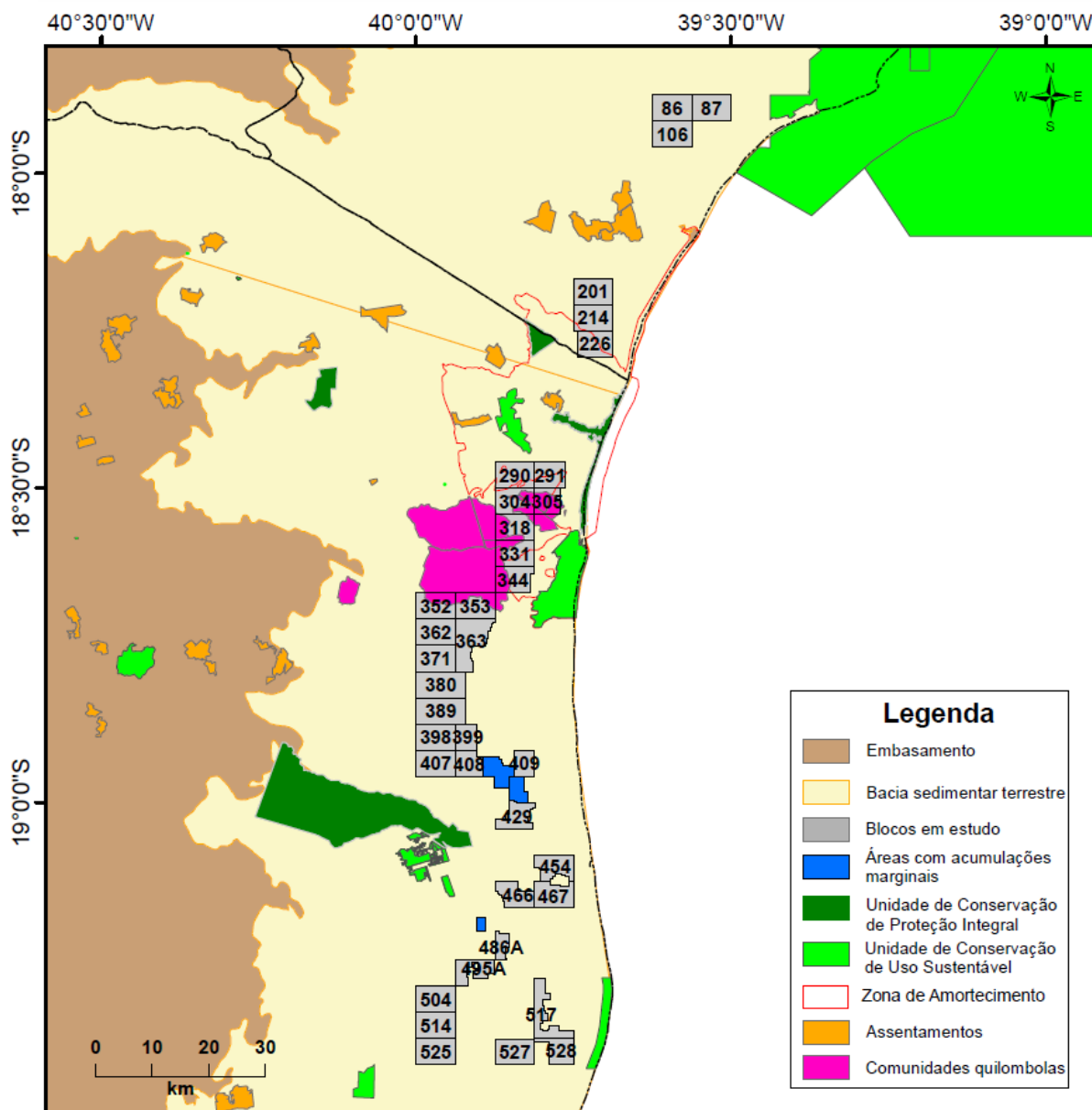


GTPEG

A região dos blocos apresenta restingas, estuários, manguezais, lagunas, banhados e recifes costeiros, com importantes sítios de reprodução de tartarugas marinhas.

Deverá ser dada especial atenção ao estabelecimento de medidas mitigadoras aos impactos das atividades sobre as tartarugas marinhas.

Bacia do Espírito Santo



GTPEG

Não deverá ser permitida perfuração direta sobre quaisquer áreas alagáveis, devendo ser avaliada previamente a viabilidade do uso de tecnologias alternativas (poços direcionais).

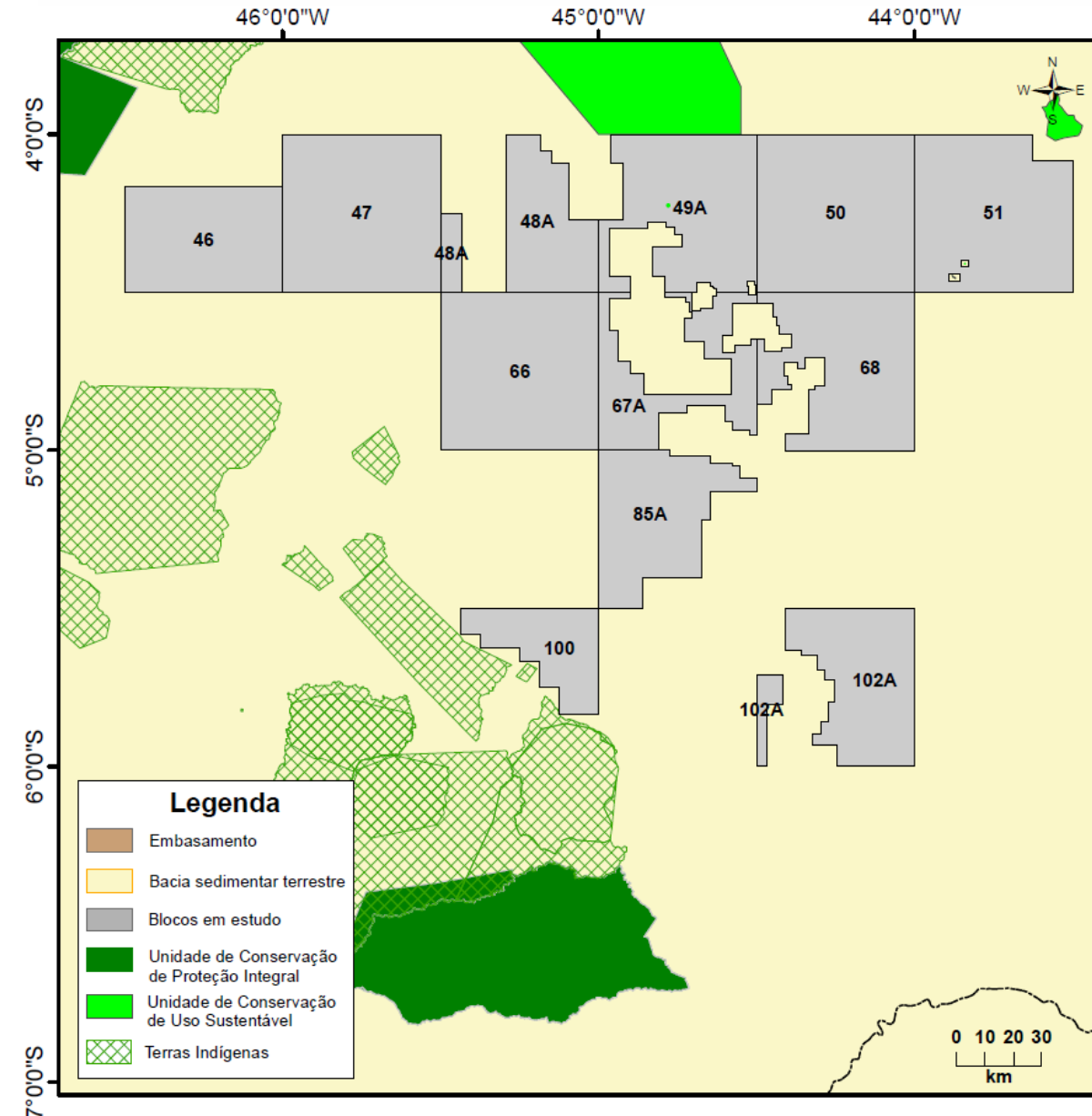
Bacia do Parnaíba

SEMA/MA

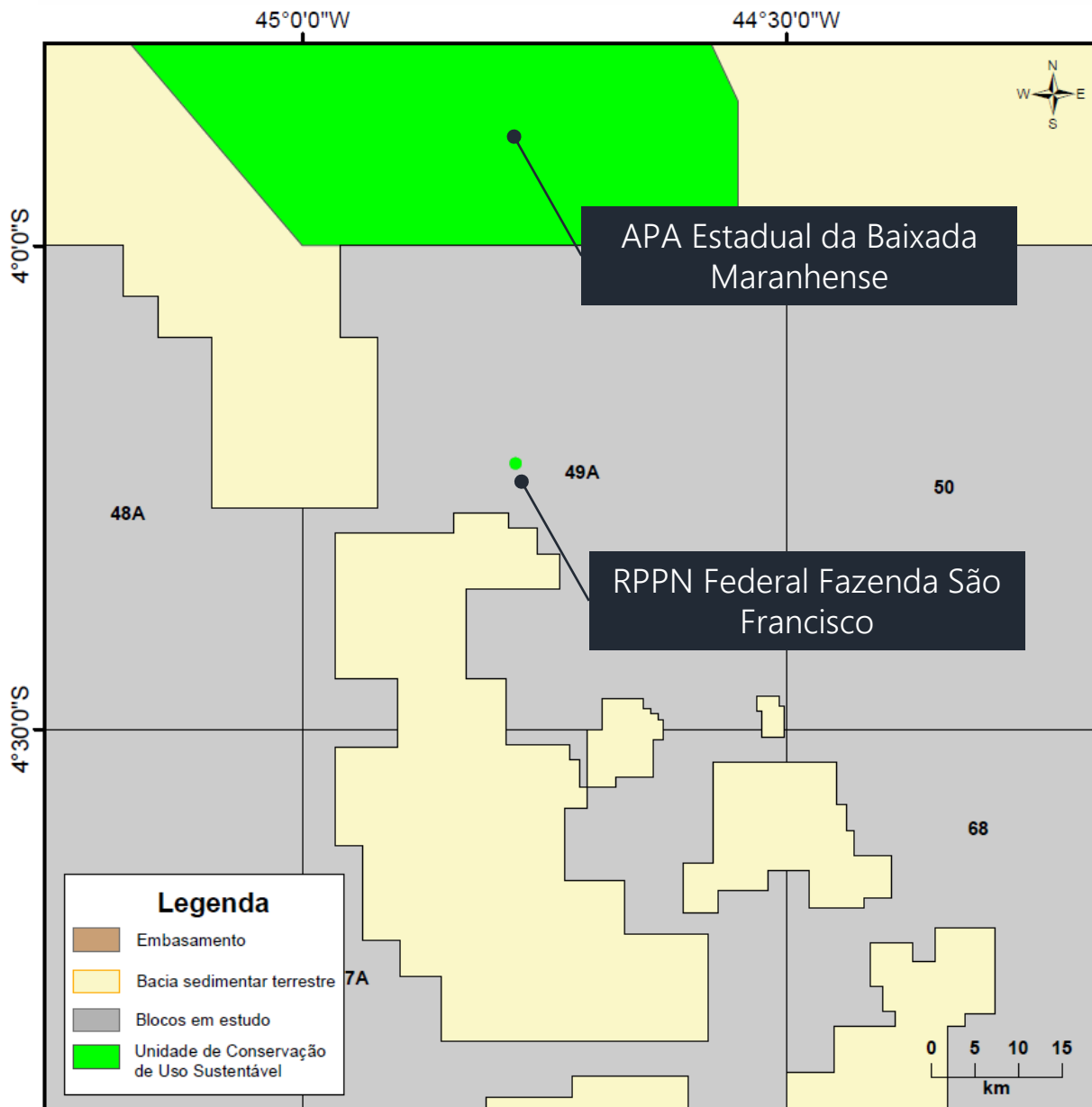
Não foi identificada sobreposição com nenhuma unidade de conservação ou zona de amortecimento estadual.

Há blocos sobrepostos a Áreas Prioritárias para Conservação.

Deverão ser consideradas as particularidades geoambientais, tais como topografia, vegetação, recursos hídricos e APPs.



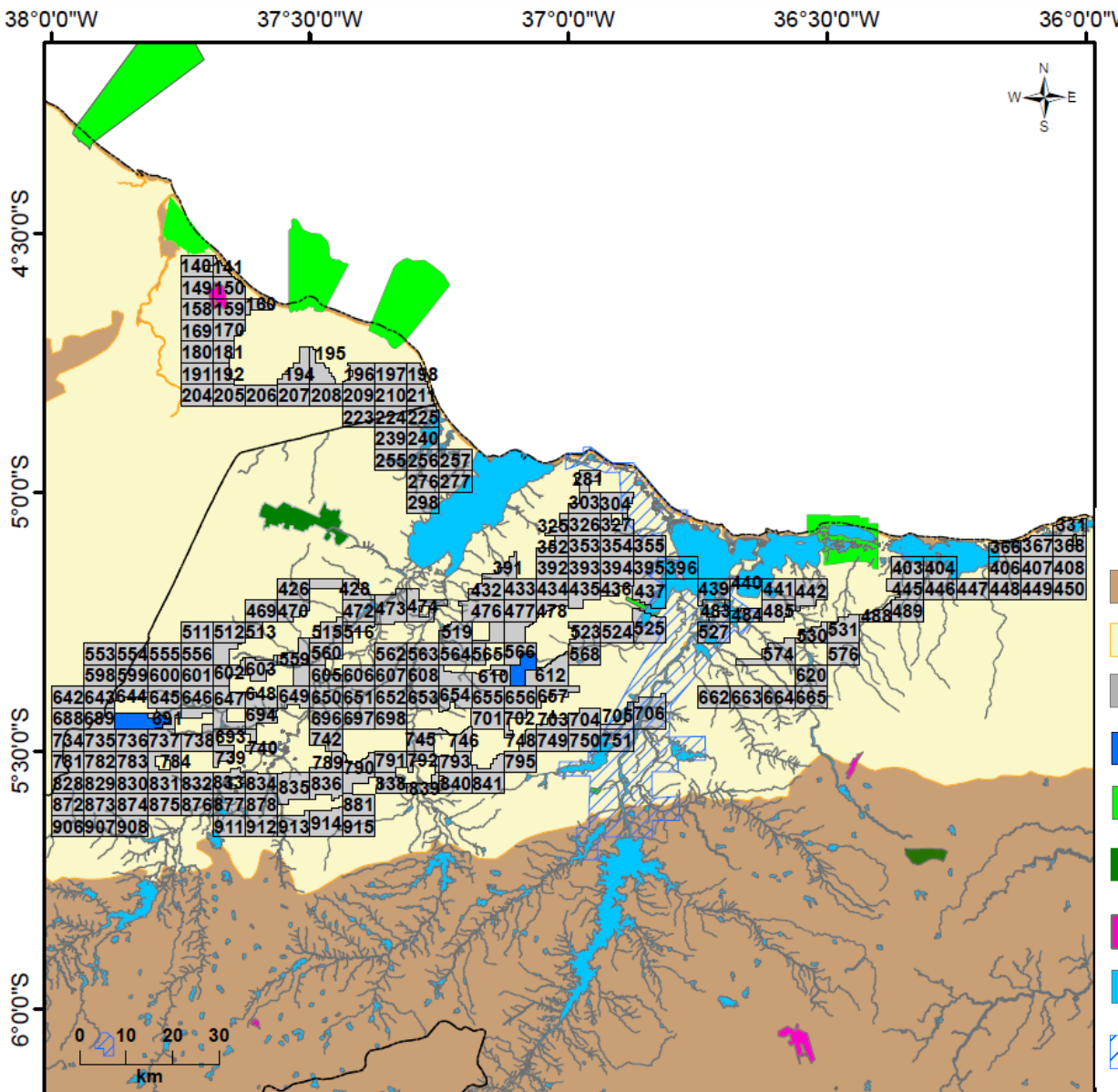
Bacia do Parnaíba



GTPEG

PN-T-49A:
Sobreposição com
RPPN Federal
Fazenda São
Francisco.










Bacia Potiguar



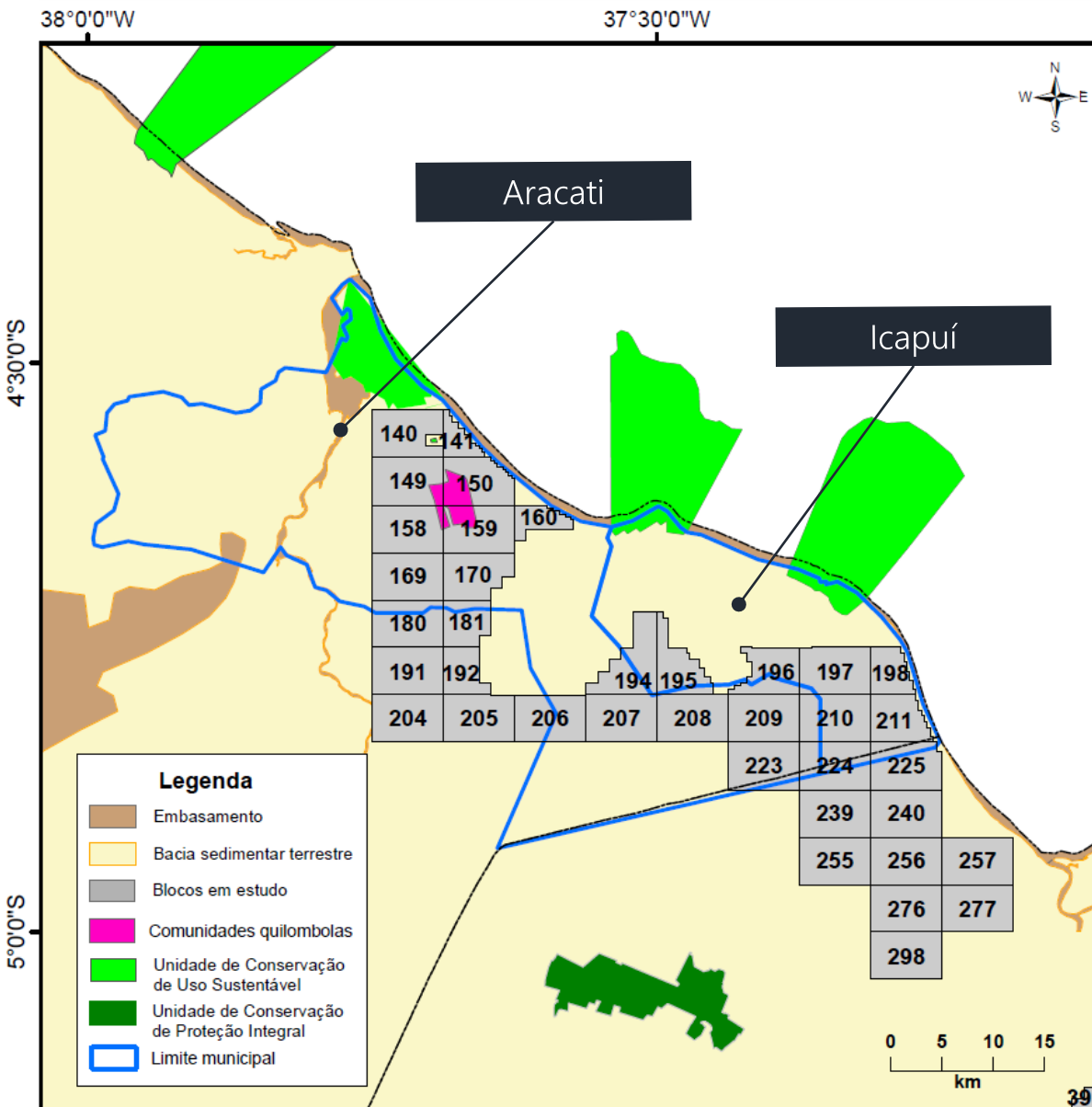
SEMACE/CE

Não foi identificada sobreposição com nenhuma unidade de conservação ou zona de amortecimento estadual.

Legenda

-  Embasamento
-  Bacia sedimentar terrestre
-  Blocos em estudo
-  Áreas com acumulações marginais
-  Unidade de Conservação de Uso Sustentável
-  Unidade de Conservação de Proteção Integral
-  Comunidades quilombolas
-  Áreas de Preservação Permanente
-  Unidade de Conservação Estadual (a ser definida)

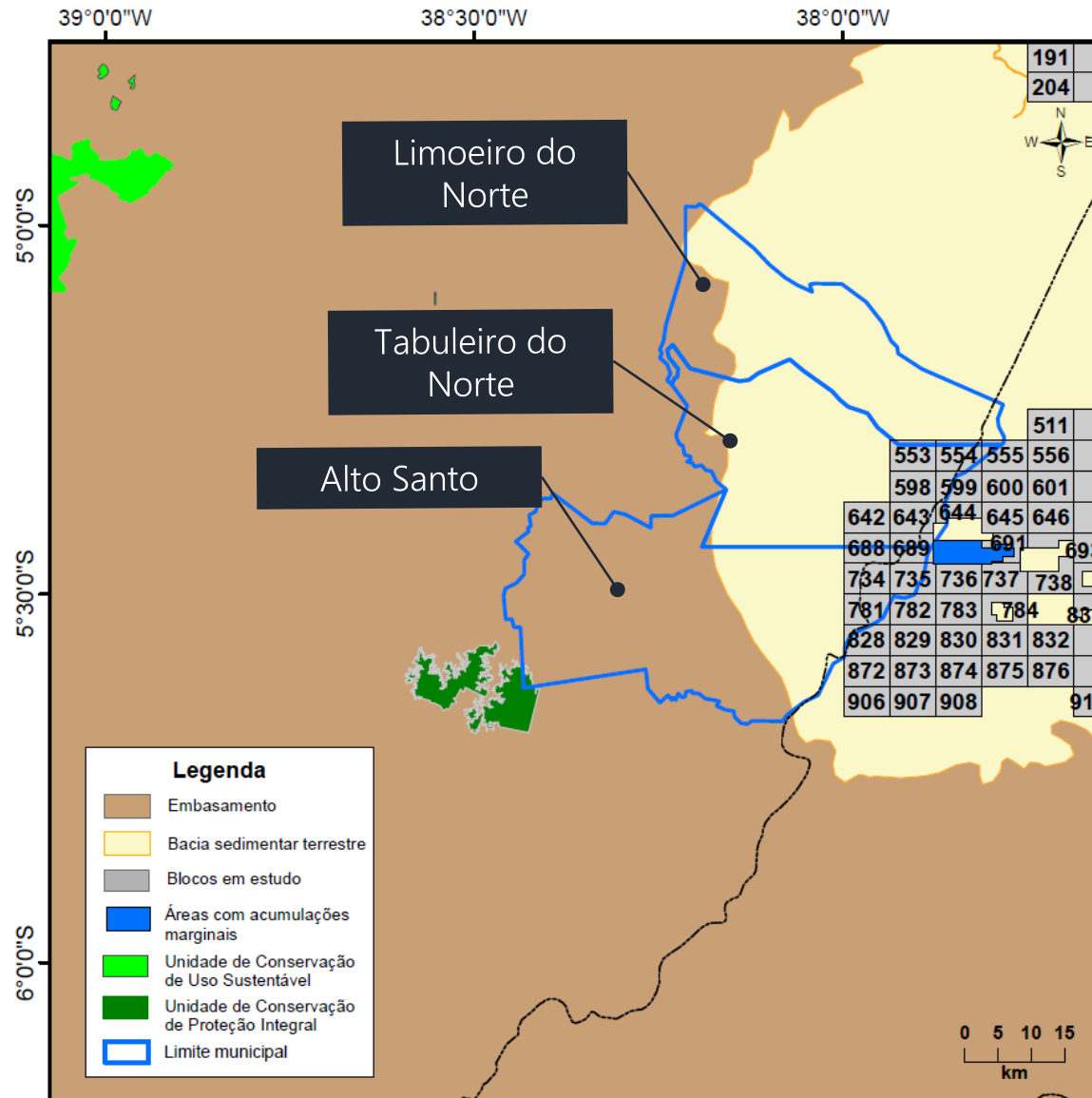
Bacia Potiguar



SEMACE/CE

Presença de recursos hídricos superficiais significativos na região do agrupamento de blocos em estudo localizados sobre os municípios de Icapuí e Aracati.

Bacia Potiguar

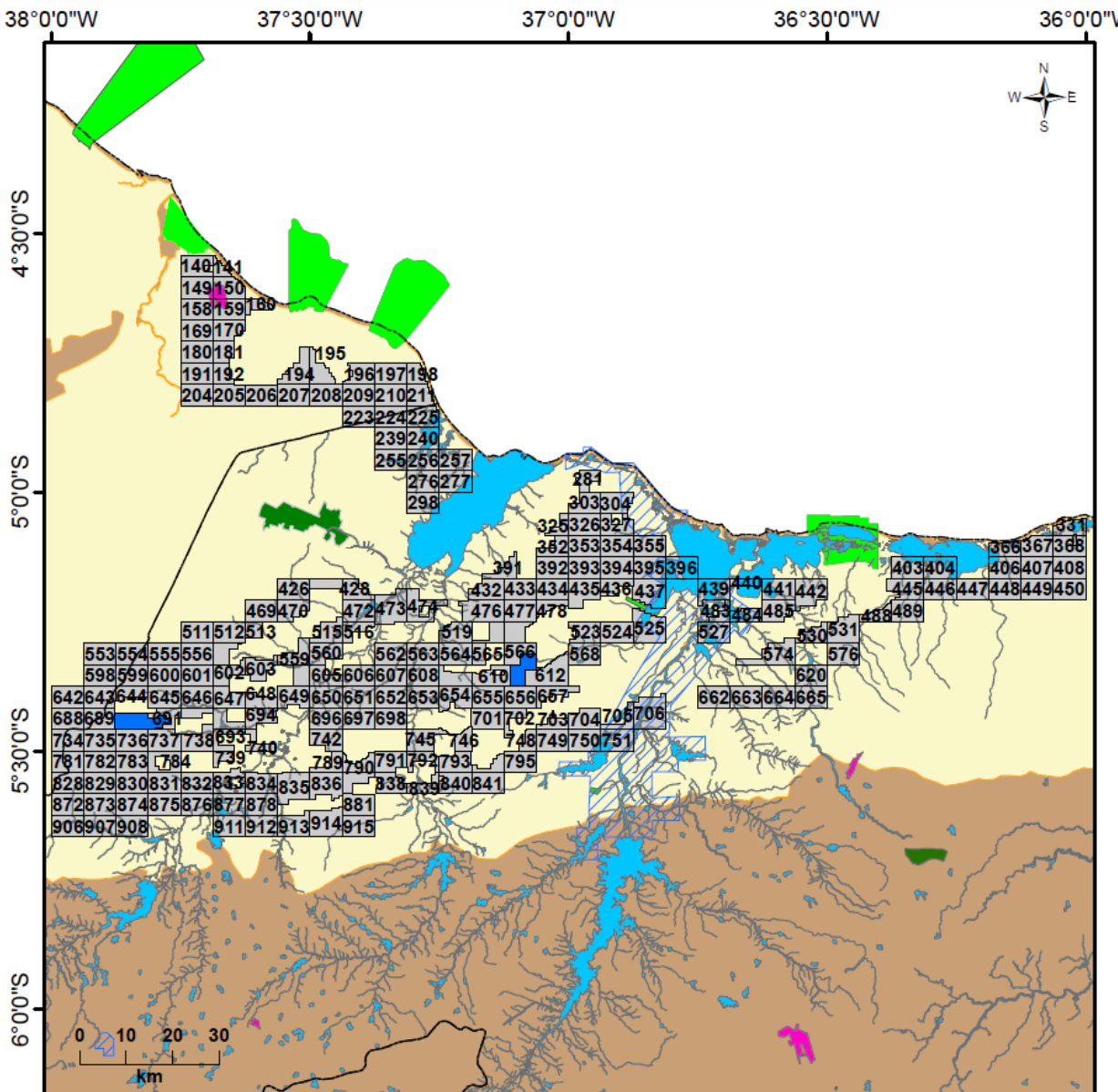


SEMACE/CE

Observar possíveis impactos aos recursos subterrâneos no caso dos blocos sobrepostos a Chapada do Apodi.

Identificar in loco as nascentes e olhos d'água e preservar as respectivas faixas de proteção.










Bacia Potiguar



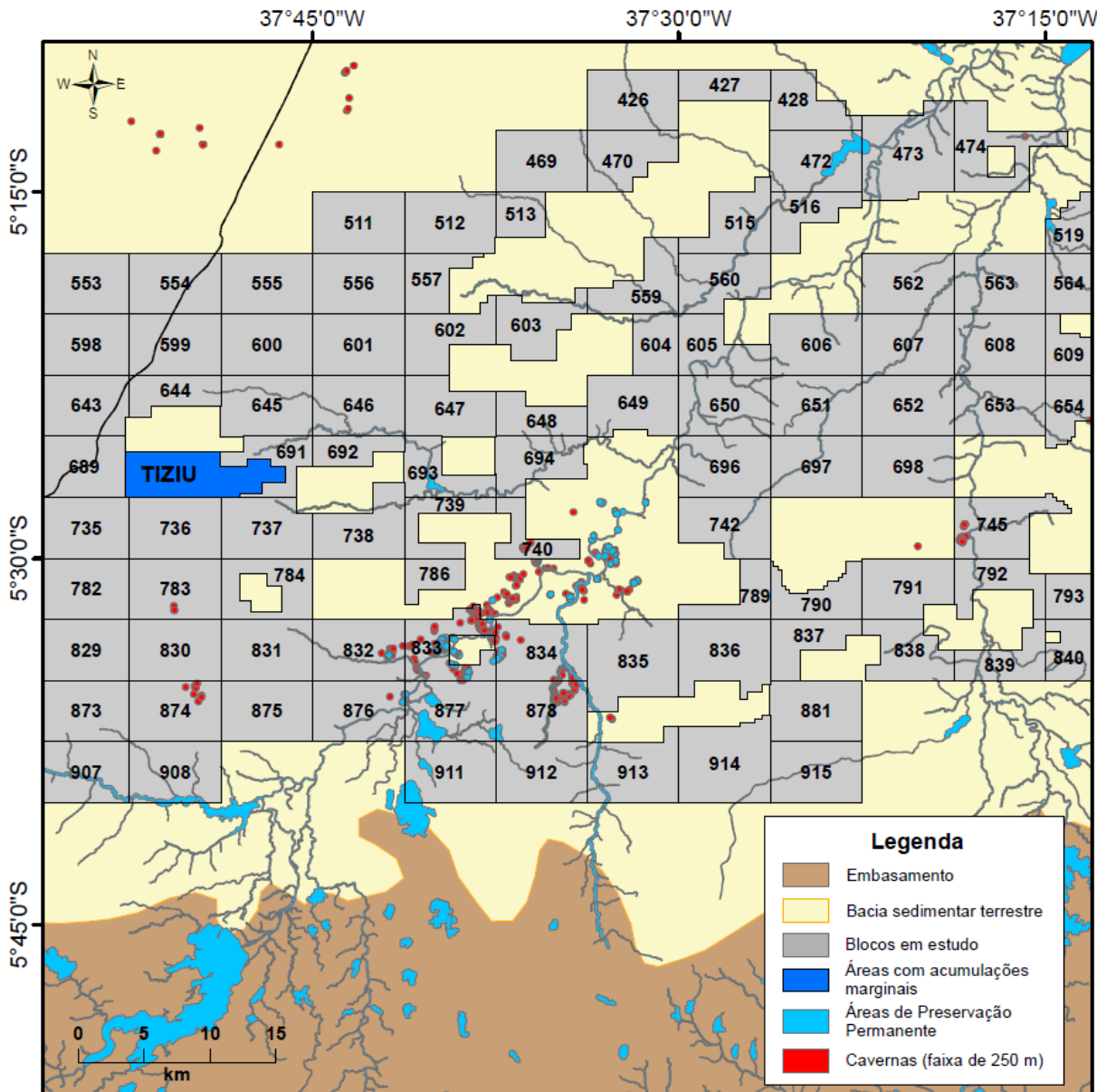
IDEMA/RN

Blocos e área com
acumulação marginal de
Trapiá: Sobreposição
com rios e APPs.

Legenda

-  Embasamento
-  Bacia sedimentar terrestre
-  Blocos em estudo
-  Áreas com acumulações marginais
-  Unidade de Conservação de Uso Sustentável
-  Unidade de Conservação de Proteção Integral
-  Comunidades quilombolas
-  Áreas de Preservação Permanente
-  Unidade de Conservação Estadual (a ser definida)

Bacia Potiguar

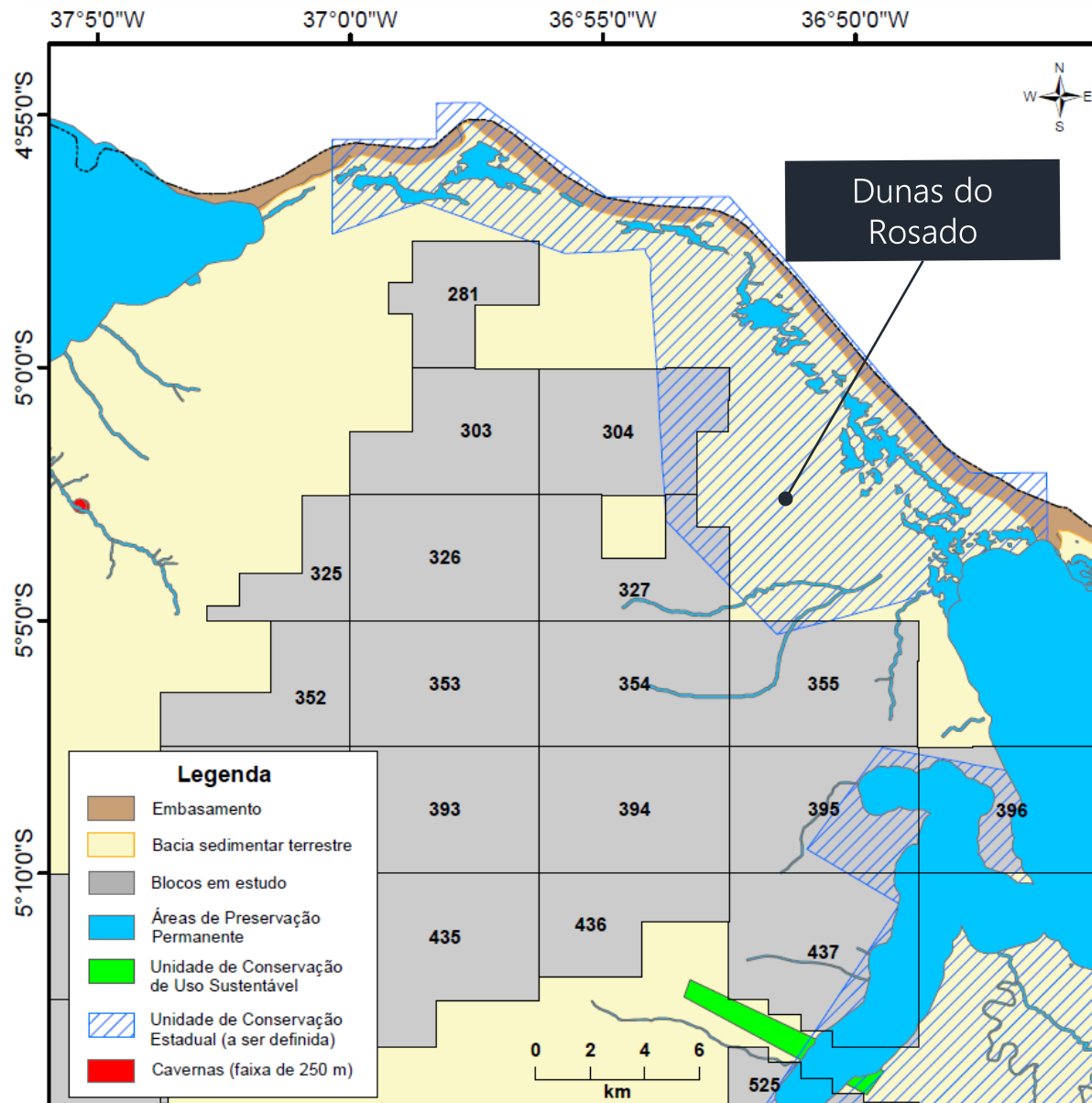


IDEMA/RN

Sobreposição de blocos com áreas de cavernas.

Esses aspectos serão analisados no processo de licenciamento e por etapas de verificação adicionais e in loco e será observado a legislação ambiental vigente.

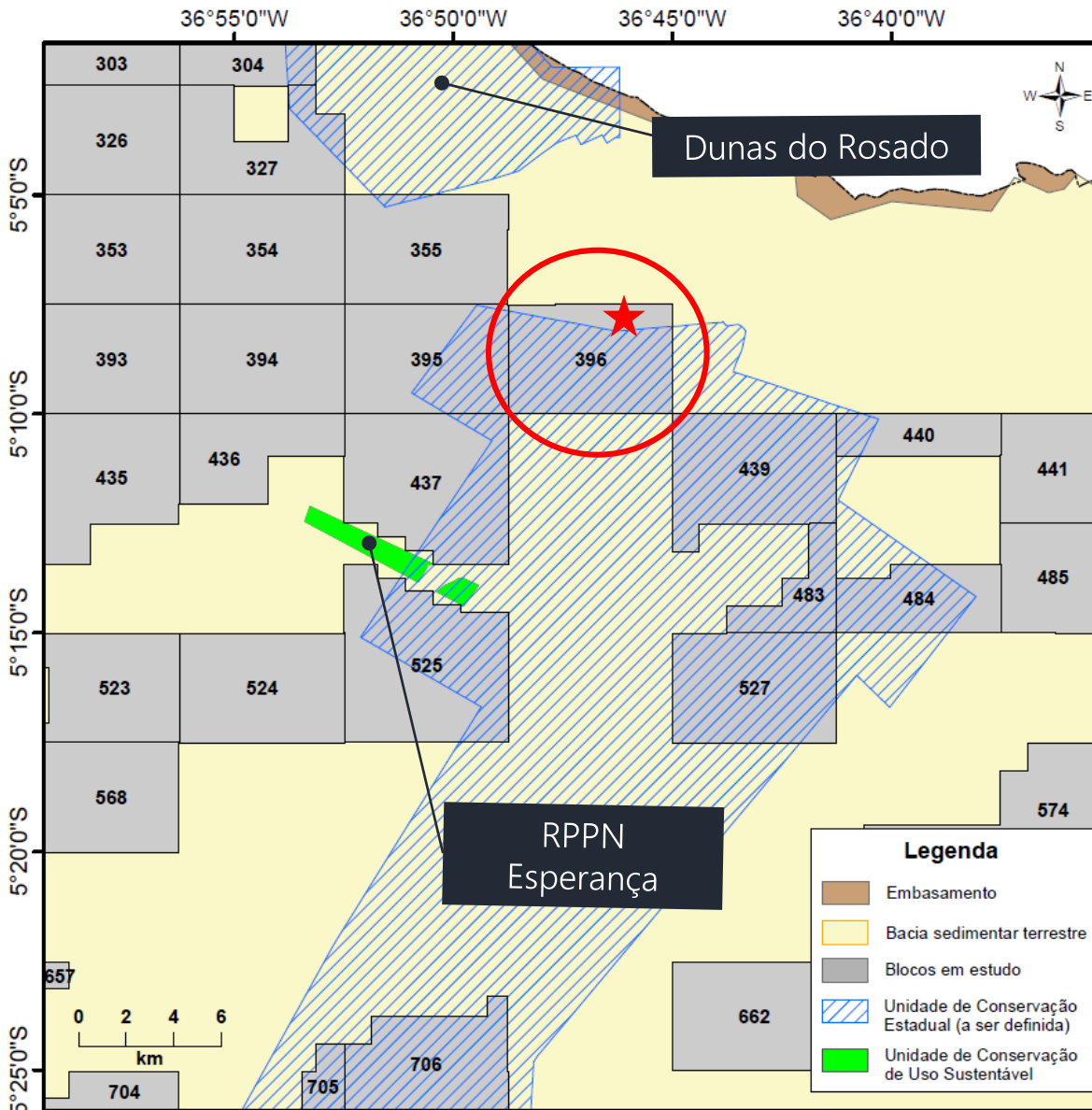
Bacia Potiguar



IDEMA/RN

Proximidade e sobreposição de blocos com a Unidade de Conservação Dunas do Rosado (limite proposto, não definido por lei).

Bacia Potiguar

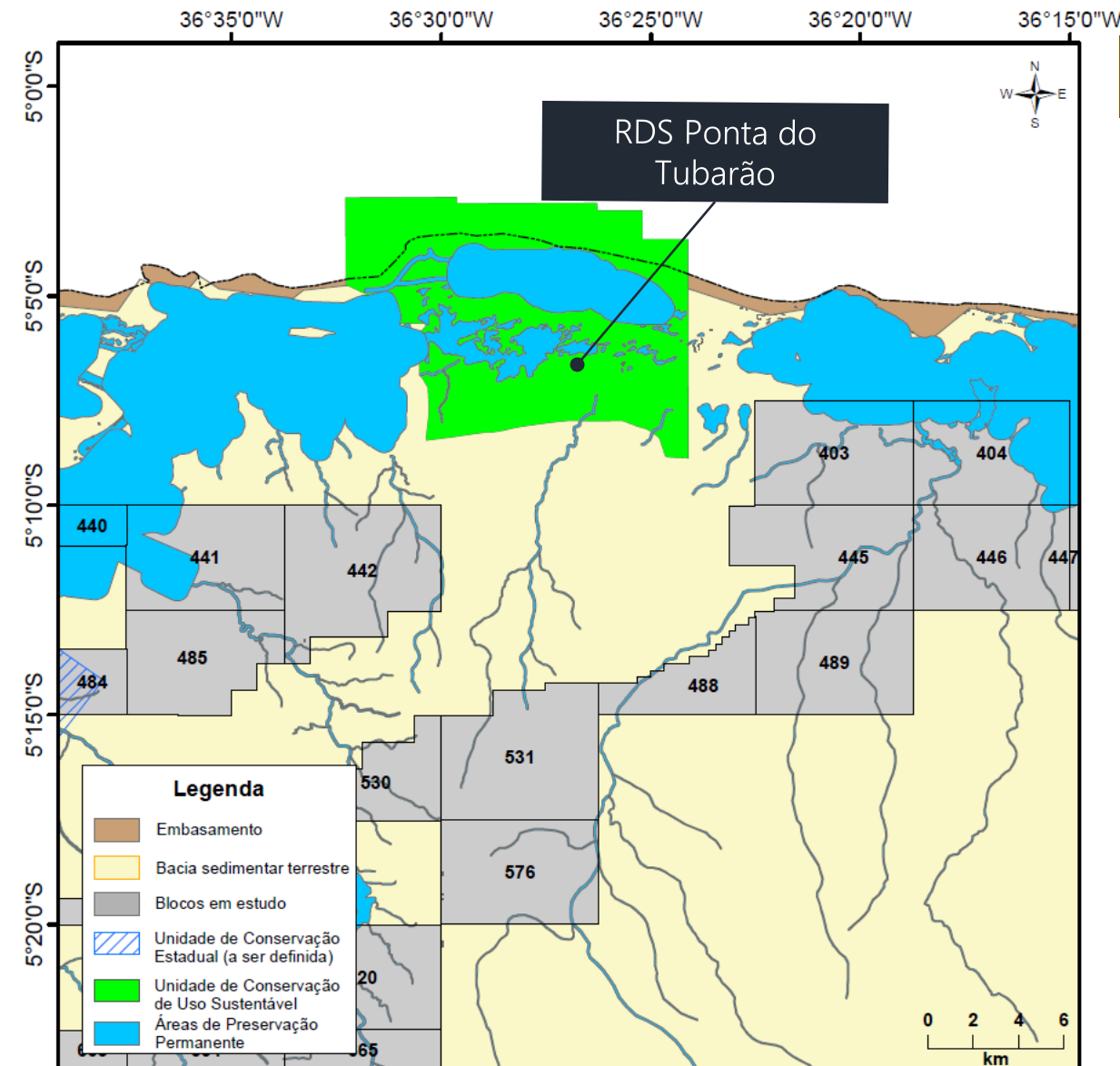


GTPEG

POT-T-396:
Sobreposição com
região de mata
atlântica oficialmente
protegida.

Presença de espécies
ameaçadas de
extinção: destaque
para 2 aracnídeos que
ocorrem nas cavernas
da região da chapada
do Apodi.

Bacia Potiguar

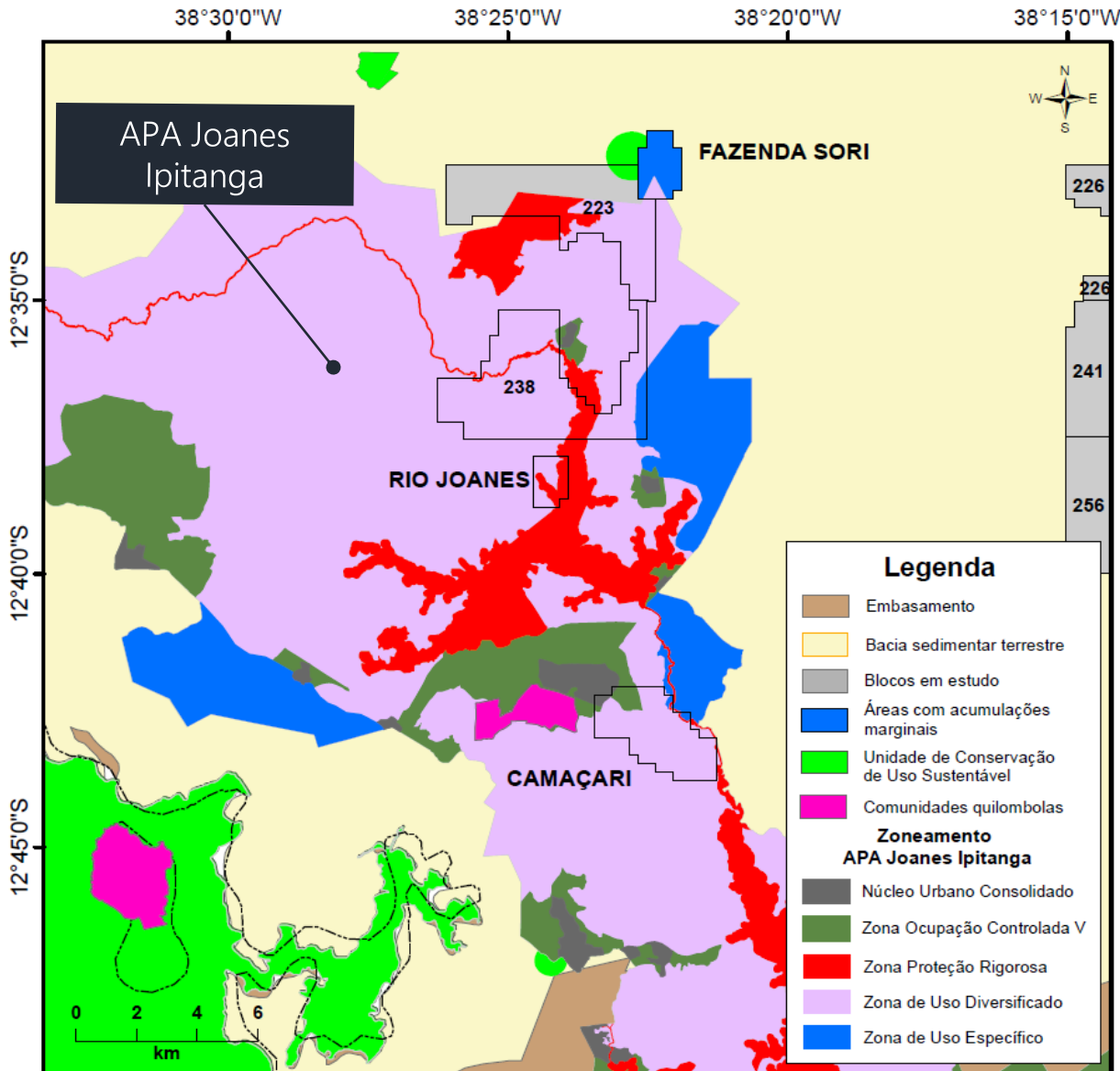


GTPEG

Alguns corpos d'água que adentram unidades de conservação estão sobrepostos a blocos (RDS Estadual Ponta do Tubarão).

Não devem ser permitidas perfurações em águas rasas próximo à costa ou sobre a orla.

Bacia do Recôncavo



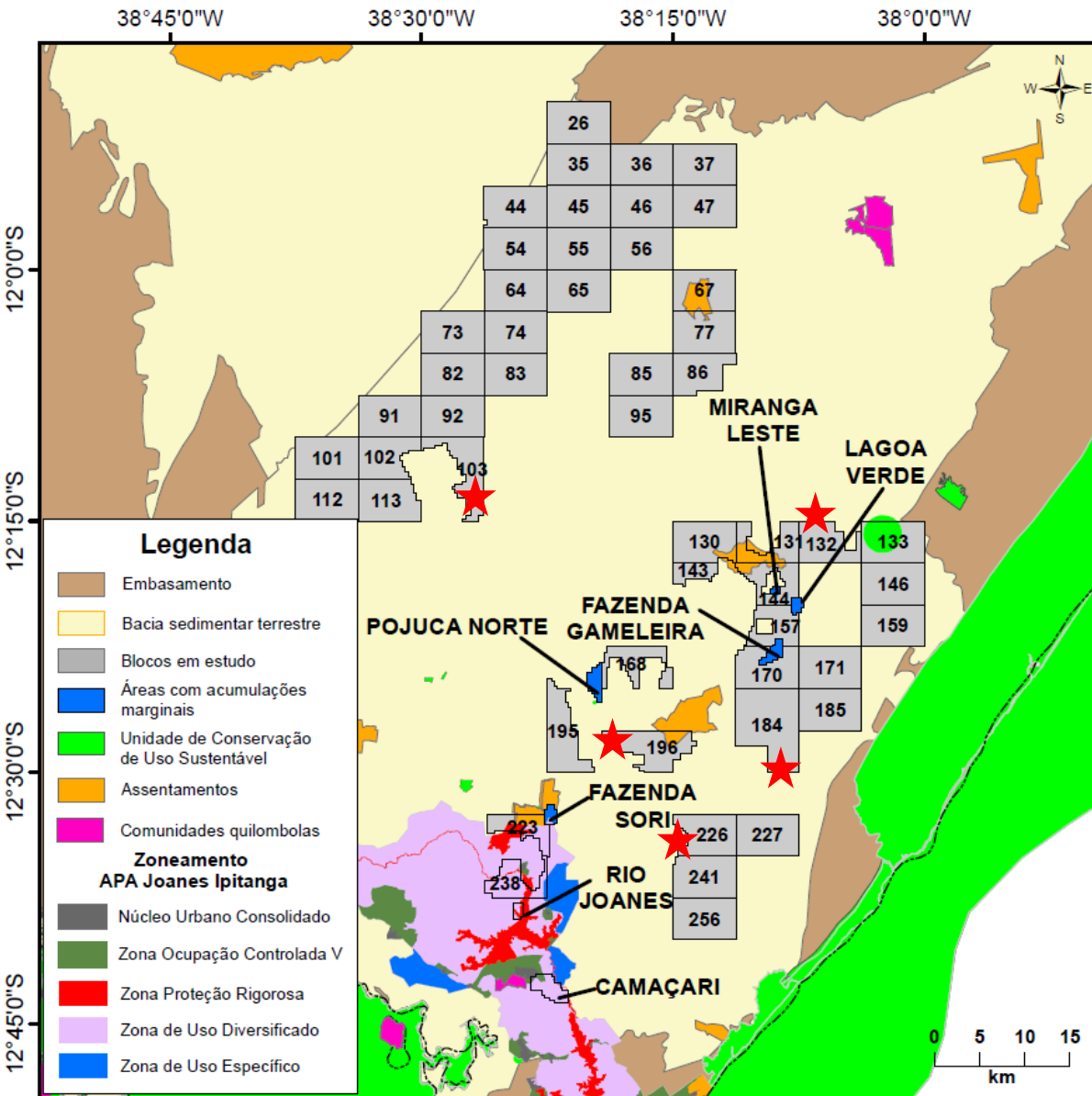
INEMA/BA

Sobreposição com a APA Joanes Ipitanga.

REC-T-223, REC-T-238, Rio Joanes: sobreposição com a Zona de Proteção Rigorosa.

Camaçari e Fazenda Sori: Zona de Uso Diversificado.

Bacia do Recôncavo



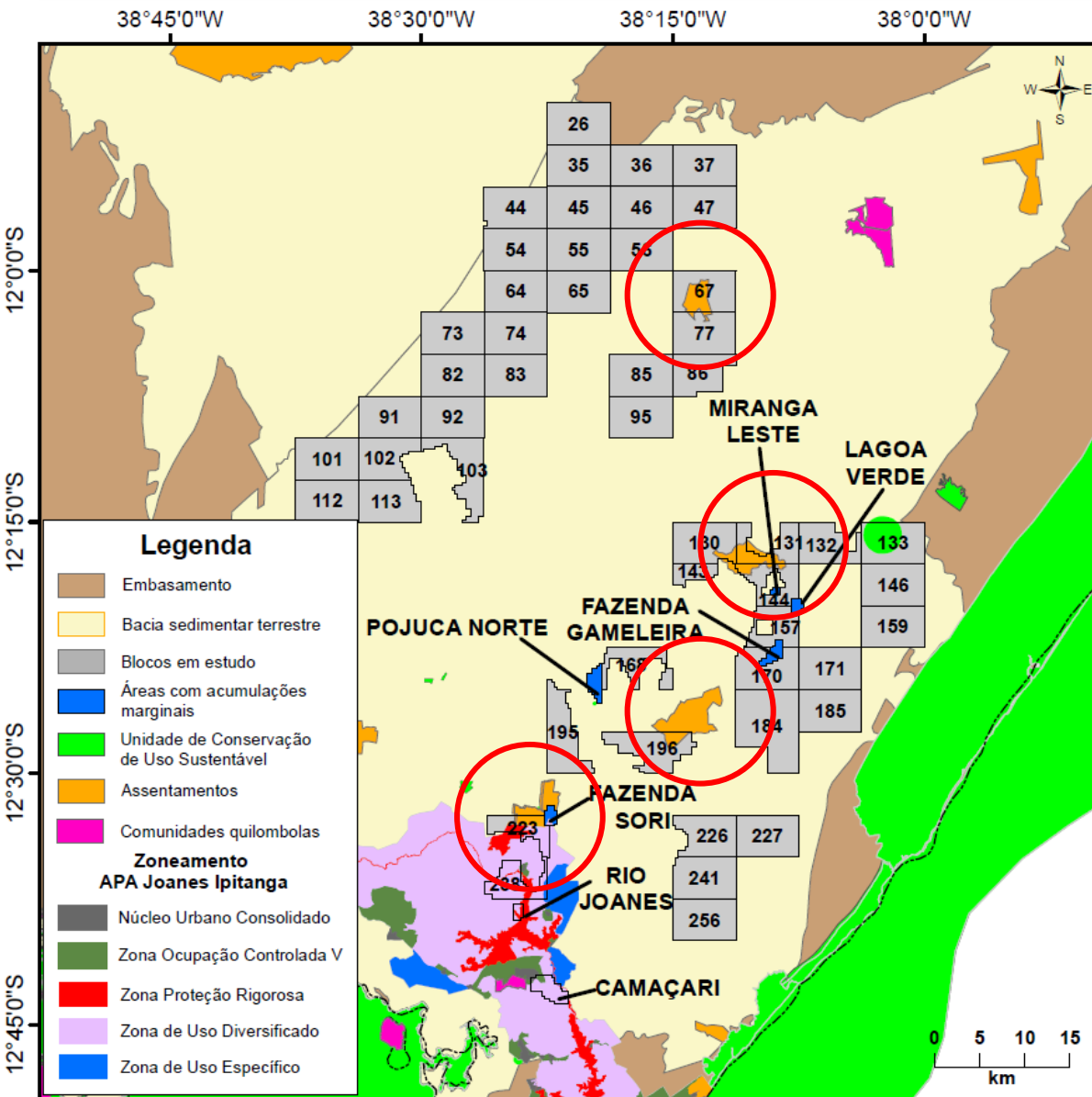
INEMA/BA

REC-T-184, 196 e 226:
blocos com maiores
interferências
socioambientais e
territoriais.

Presença de
remanescente de mata
atlântica.

REC-T-103 e 132: blocos
com menores
interferências
socioambientais e
territoriais.

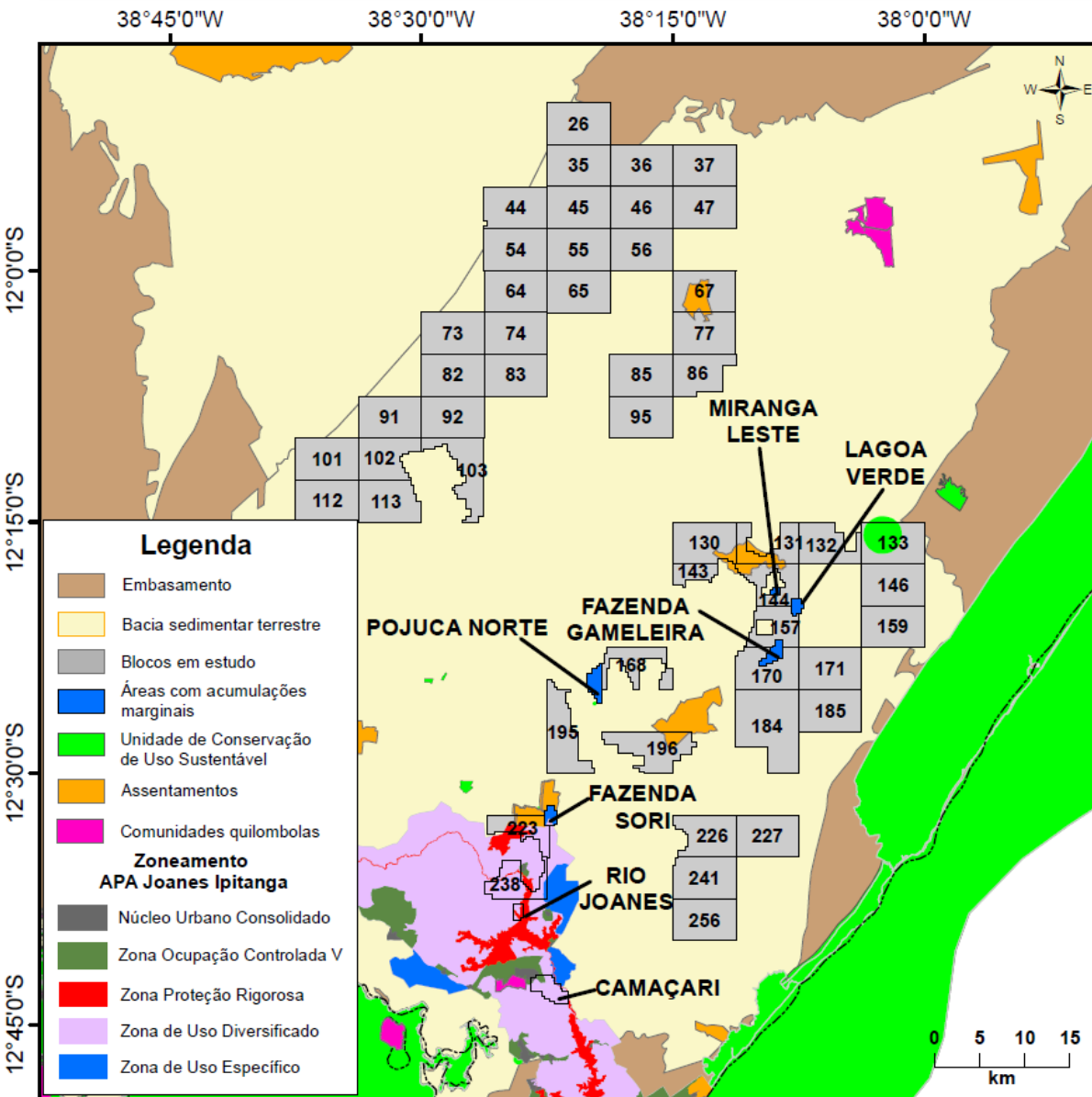
Bacia do Recôncavo



INEMA/BA

Sobreposição com assentamentos.

Bacia do Recôncavo

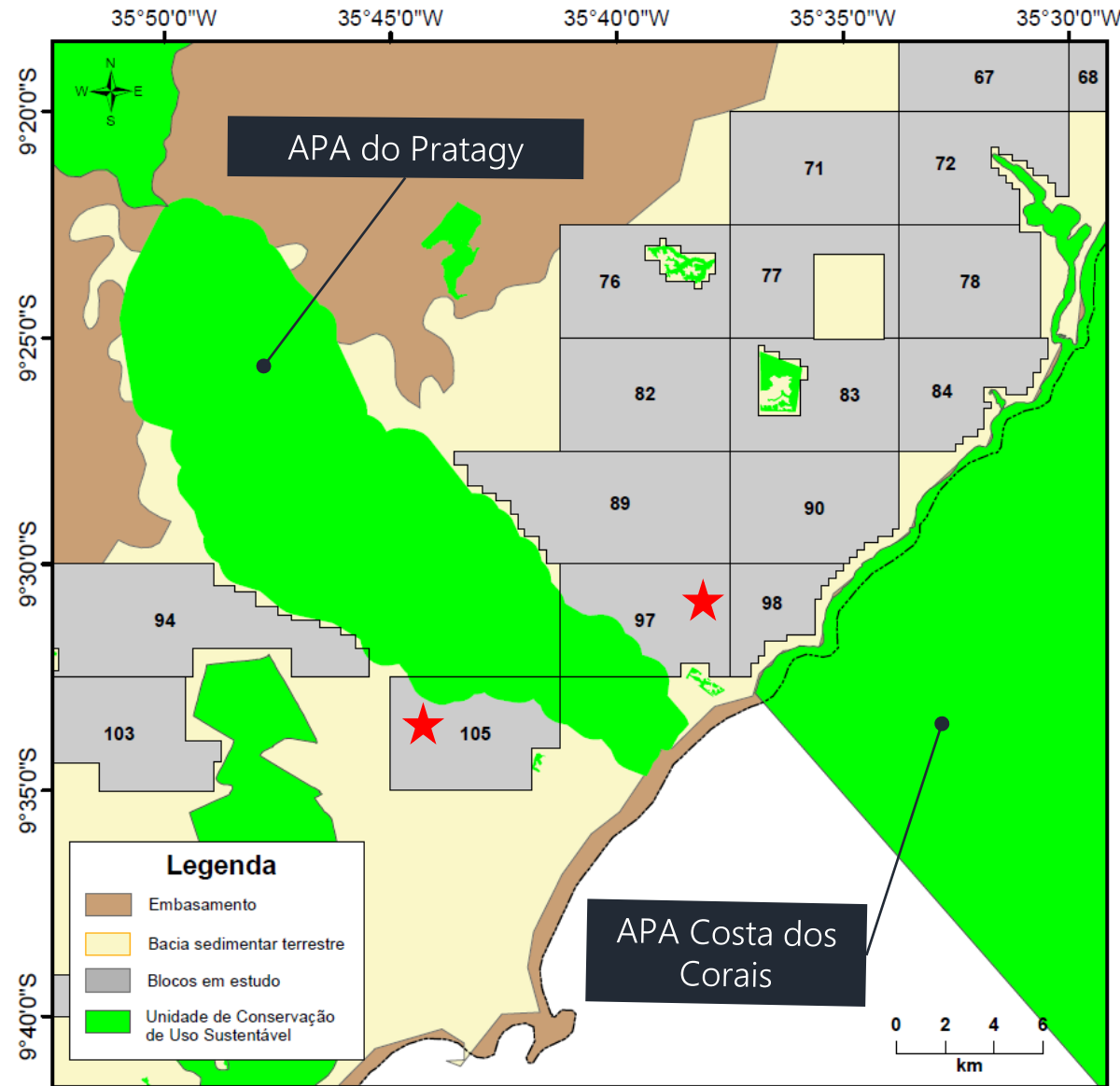


GTPEG

Todos os blocos se localizam em área de aplicação da Lei da Mata Atlântica, que estabelece condições específicas para o seu uso.

Área de Pojuca Norte: limítrofe da localização georreferenciada da RPPN Agda.

Bacia de Sergipe-Alagoas

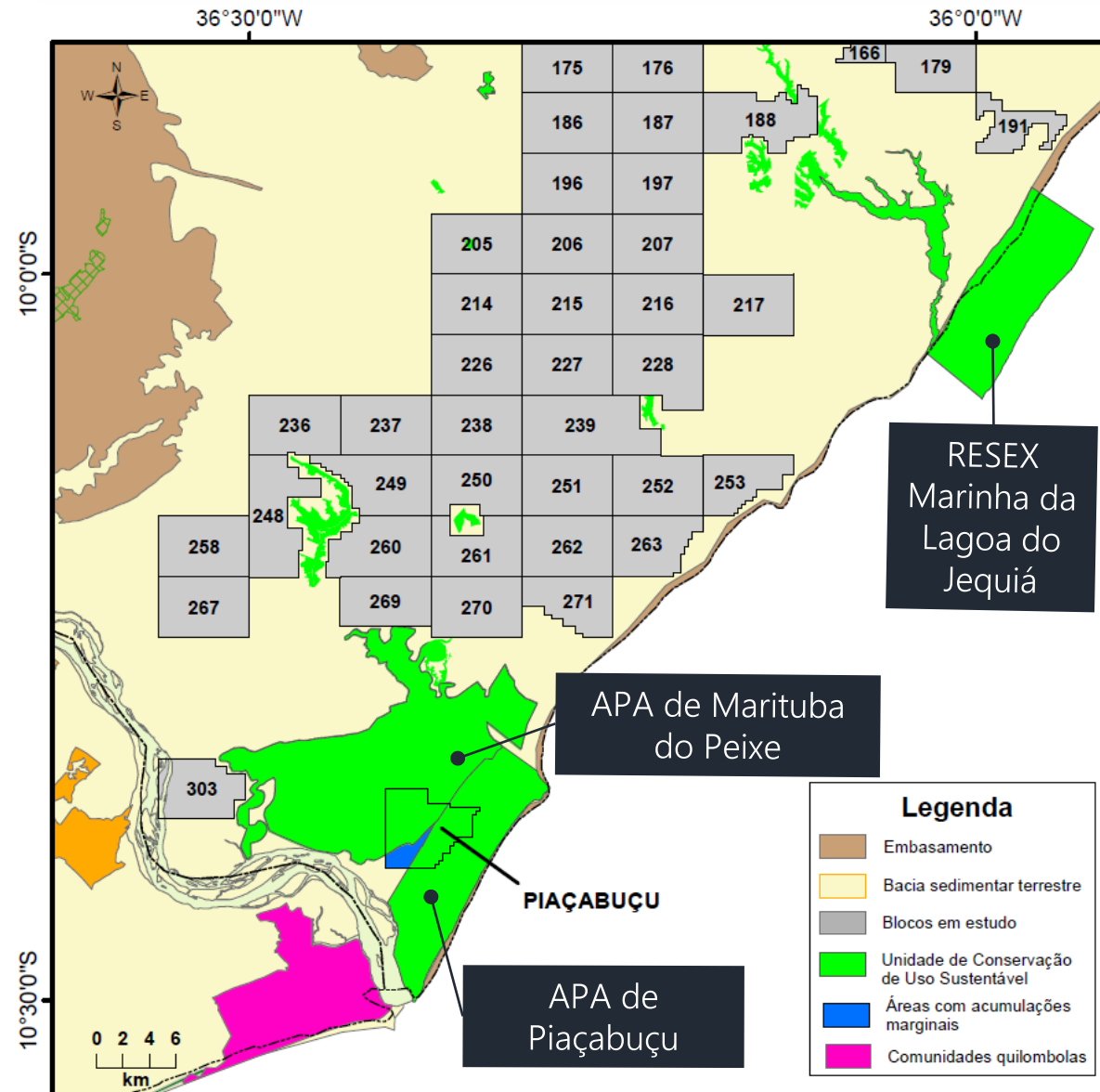


IMA/AL

SEAL-T-97 e SEAL-T-105: Sobreposição com a APA do Pratagy.

Blocos que interferem em APAs estaduais são passíveis de uso, devendo ser precedida de análise do IMA.

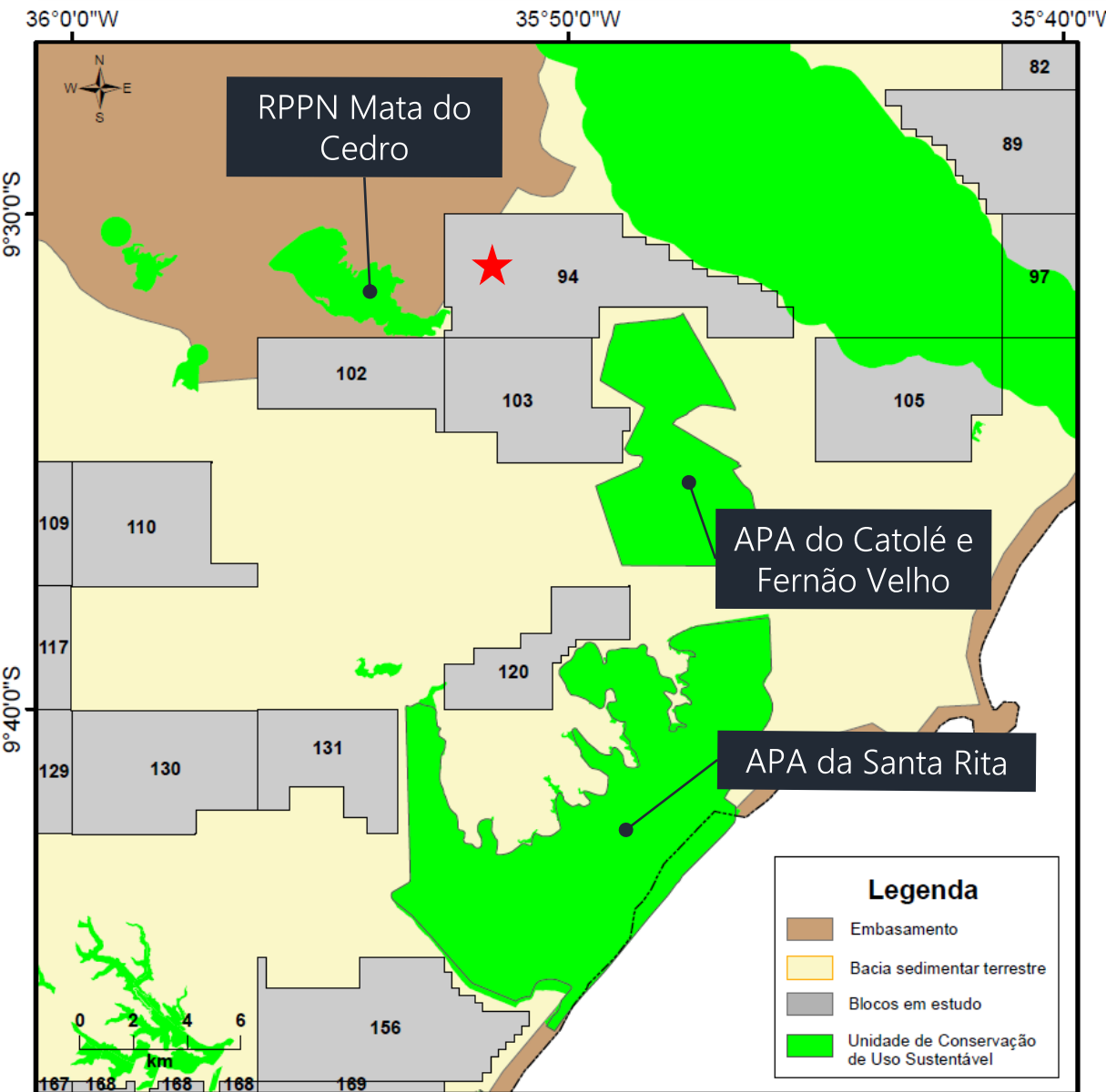
Bacia de Sergipe-Alagoas



IMA/AL

Devem ser considerados o Plano de Manejo e os objetivos da criação da unidade, bem como definições para compensação ambiental.

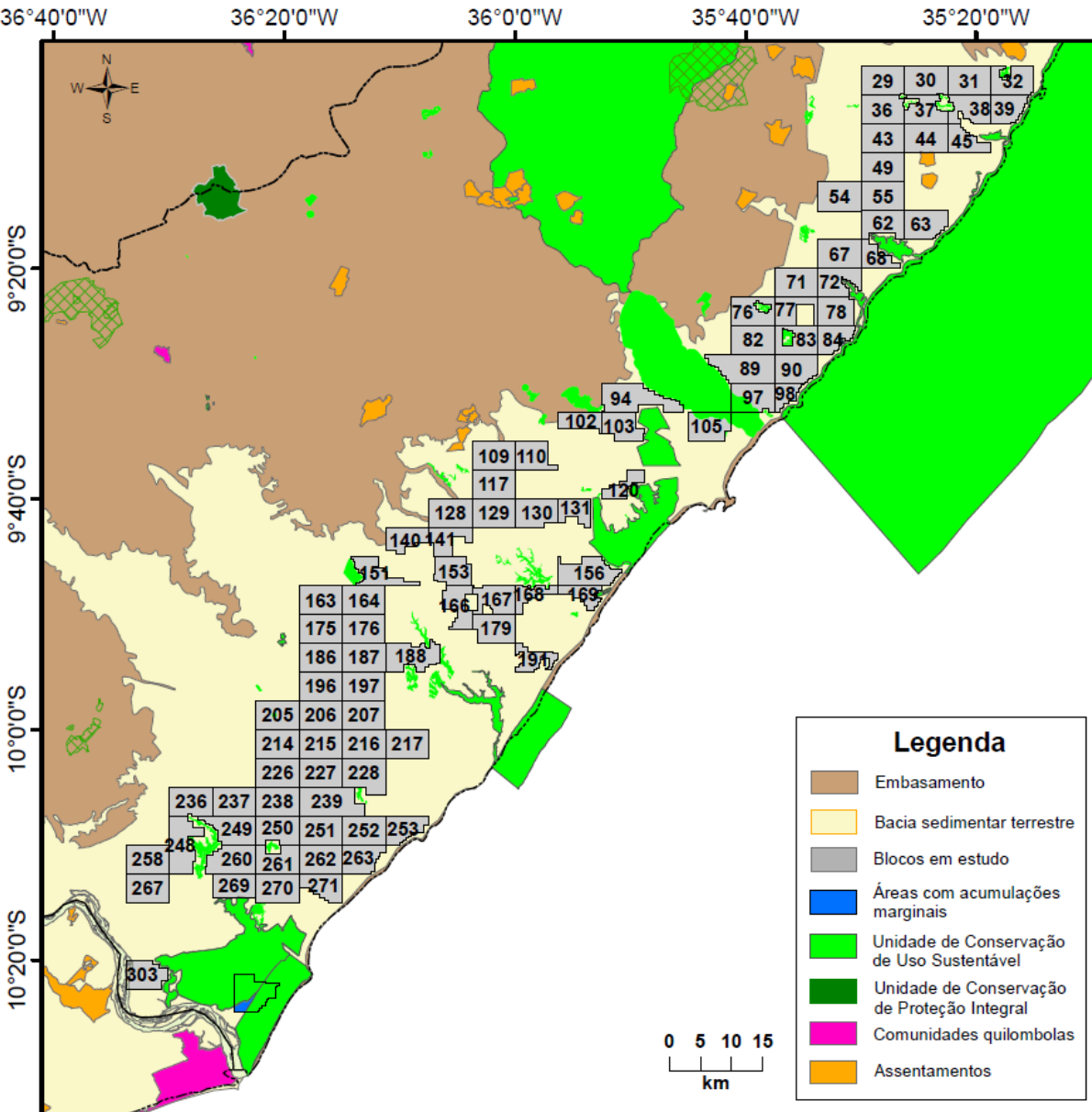
Bacia de Sergipe-Alagoas



IMA / AL

Adequação dos blocos que apresentavam sobreposição com RPPN.

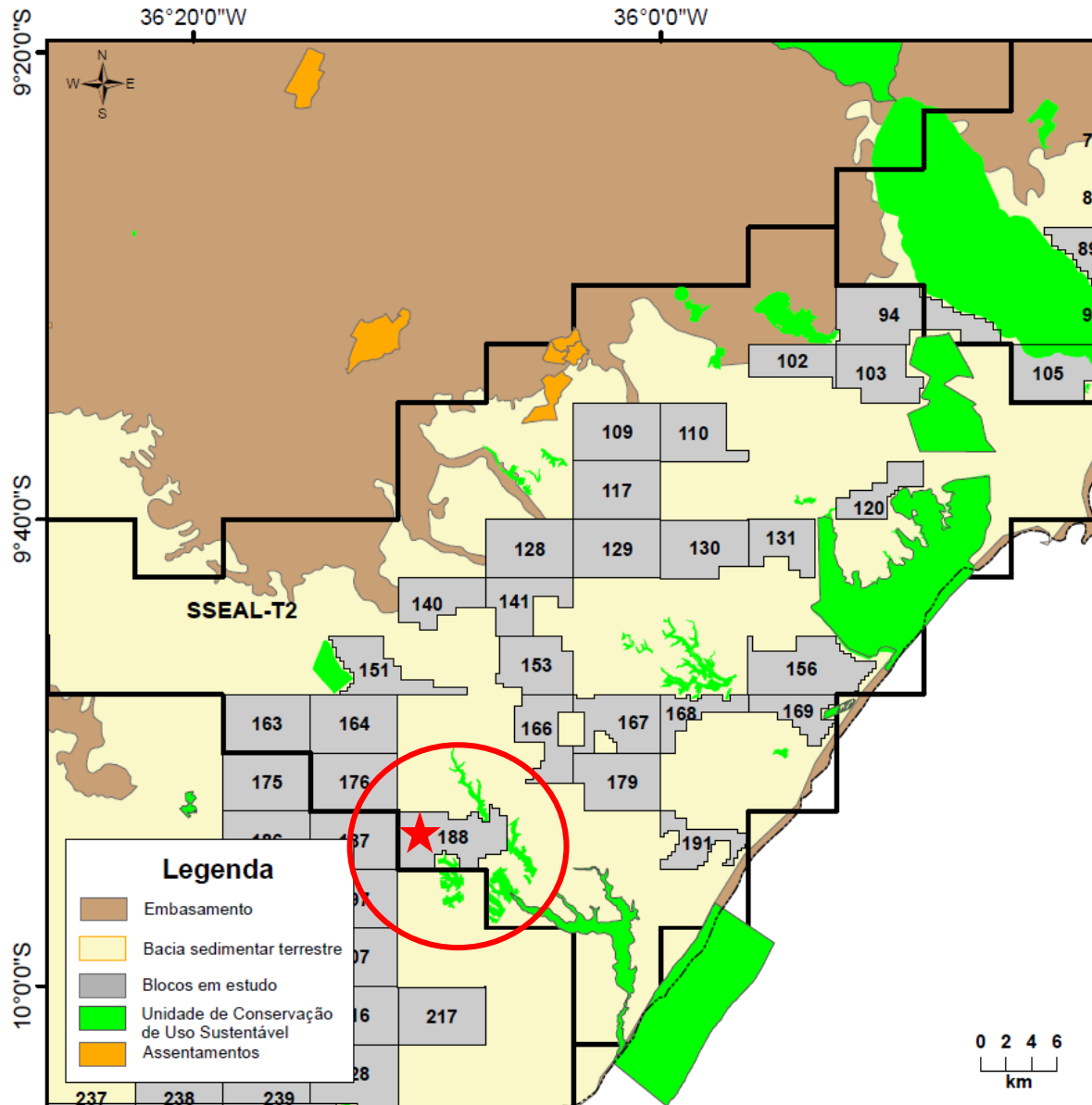
Bacia de Sergipe-Alagoas



GTPEG

Todos os blocos, bem como a área de Piaçabuçu, se localizam em área de aplicação da Lei da Mata Atlântica, que estabelece condições específicas para o seu uso.

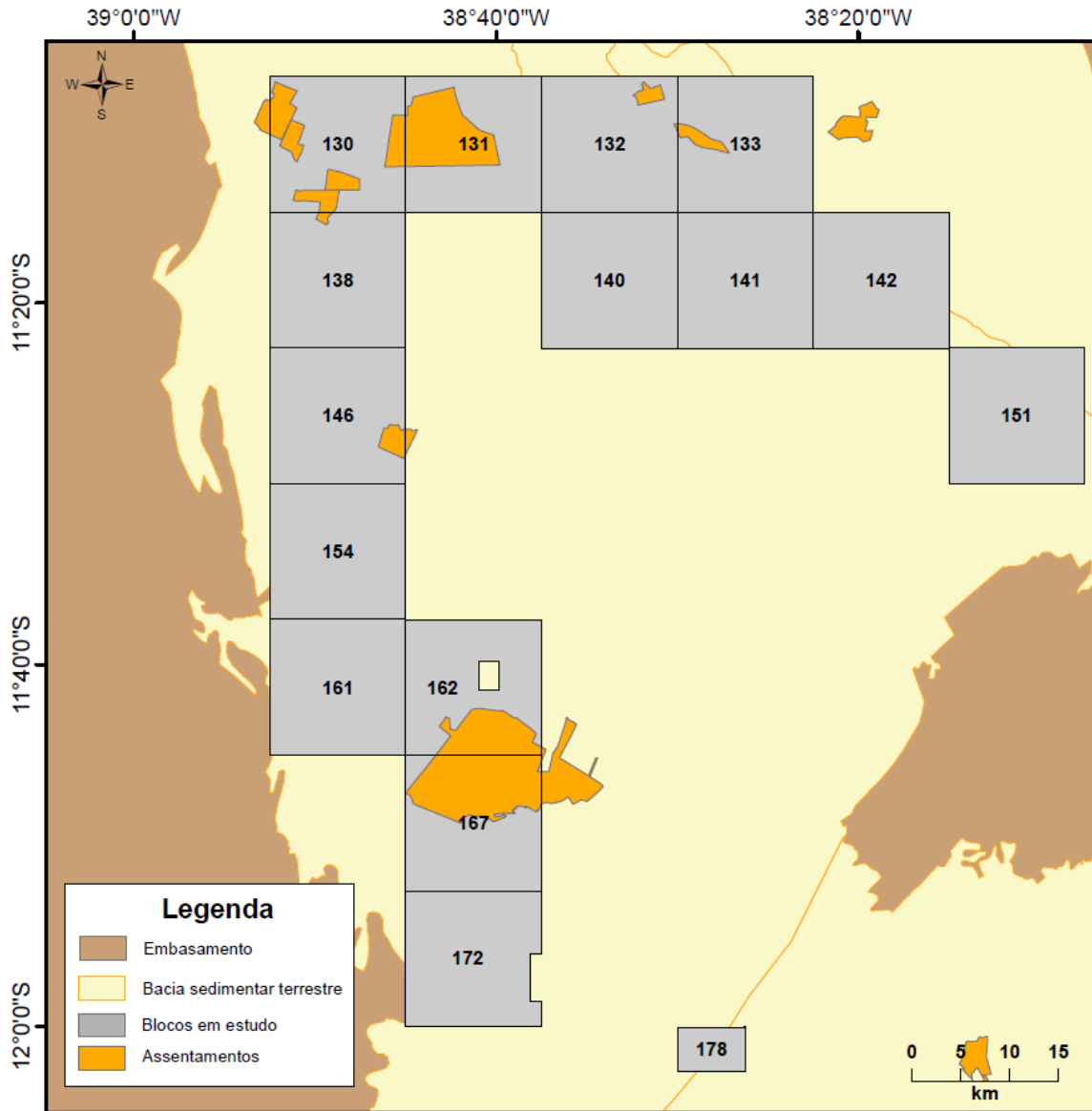
Bacia de Sergipe-Alagoas



GTPEG

SEAL-T-188: 2 dos 7 registros do pássaro vira-folha-pardo (endêmico do estado de Alagoas).

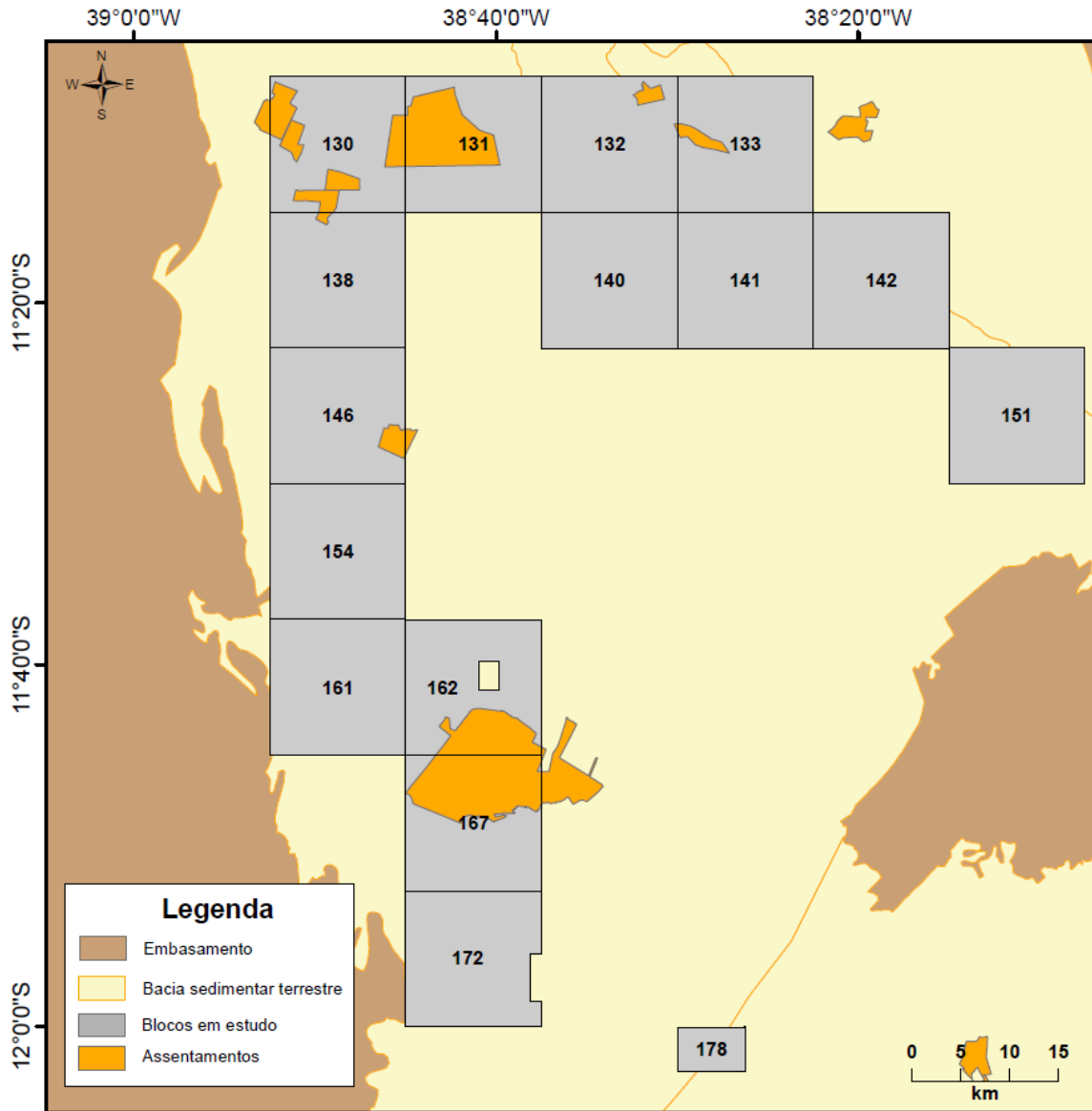
Bacia de Tucano Sul



SEMARH/BA

Não foi identificada sobreposição com unidades de conservação estaduais ou suas zonas de amortecimento.

Bacia de Tucano Sul

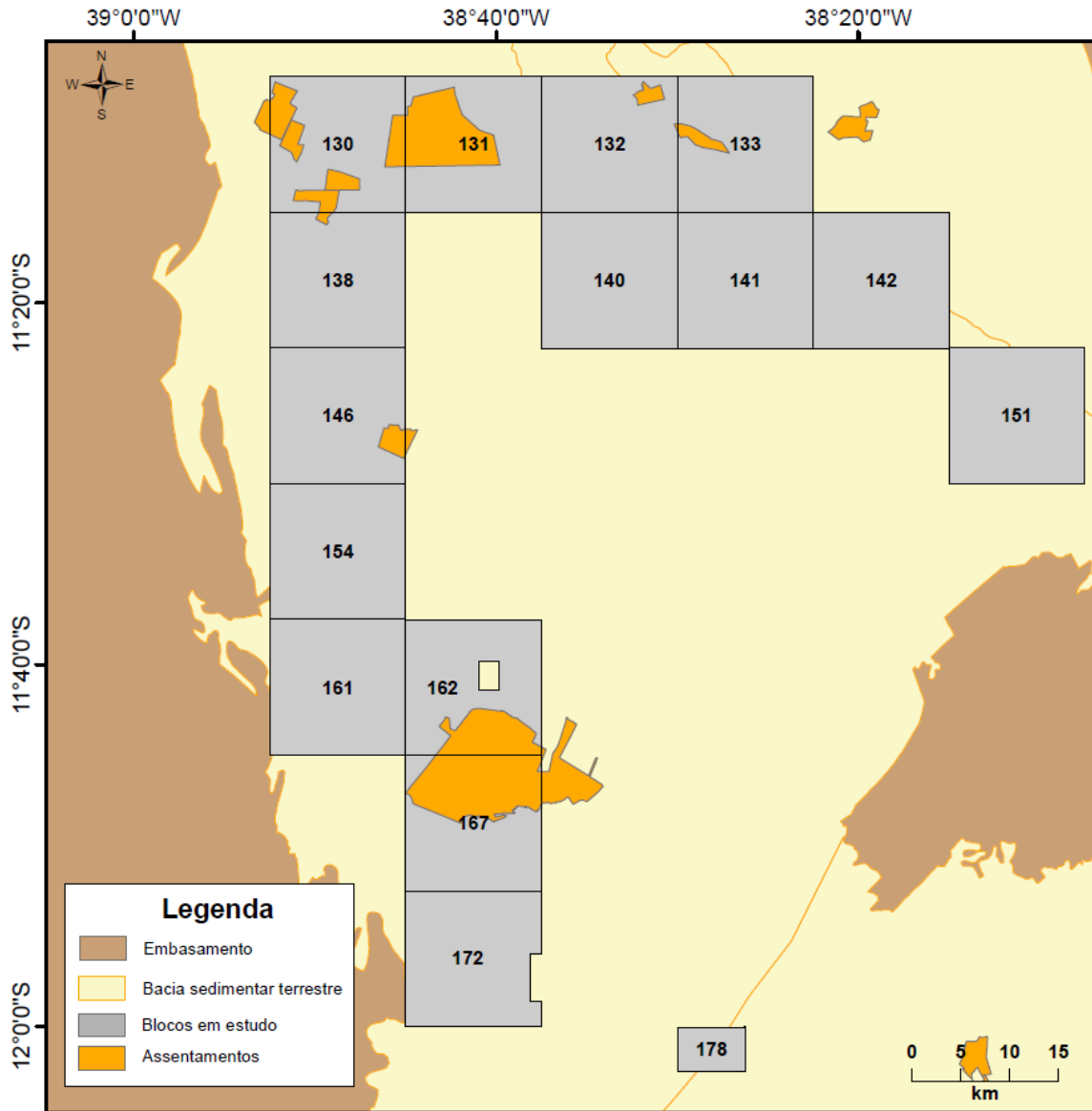


GTPEG

Não foi identificada sobreposição com unidades de conservação ou suas zonas de amortecimento.

Todos os blocos se localizam em área de aplicação da Lei da Mata Atlântica, que estabelece condições específicas para o seu uso.

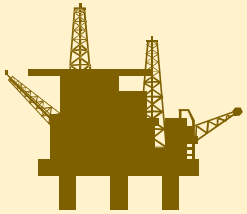
Bacia de Tucano Sul



GTPEG

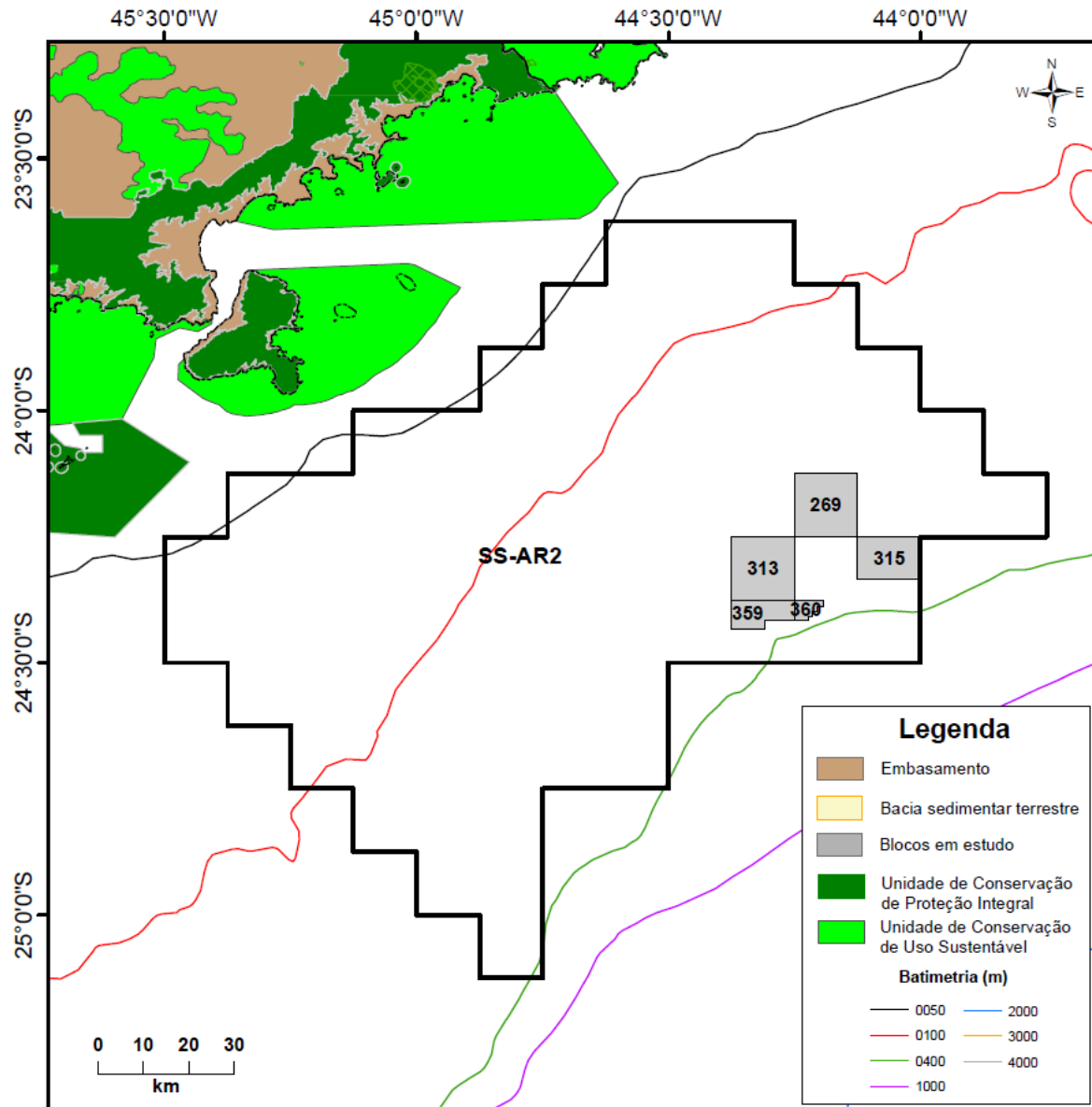
Necessária a avaliação detalhada da geologia dos blocos, de forma a evitar futuras operações impactantes junto às falhas existentes.

Recomendou a metodologia de levantamento de dados de sísmica 3D.



Bacias Marítimas

Bacia de Santos



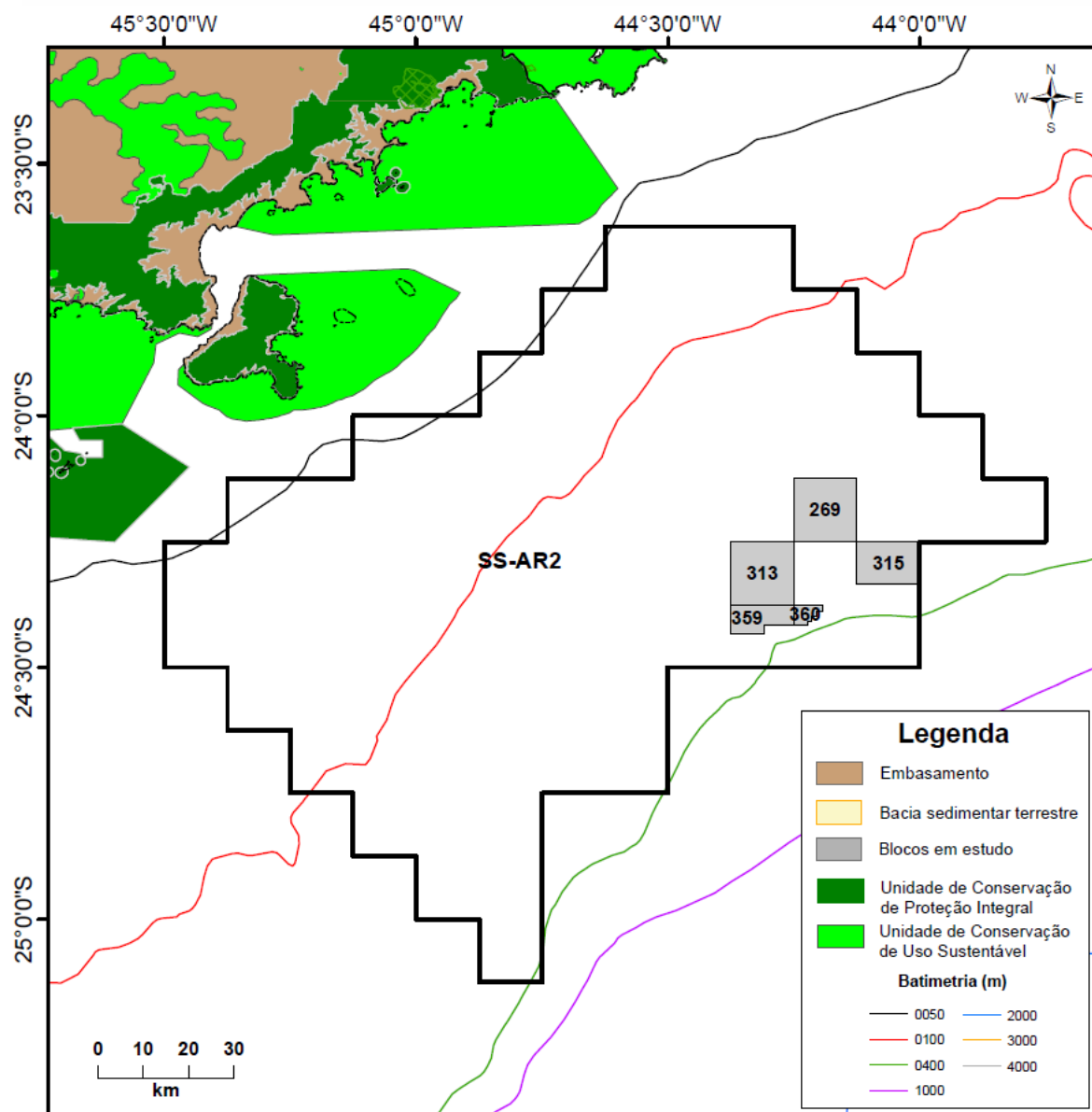
GTPEG

Proximidade com área de grande importância ecológica para cetáceos e tartarugas marinhas, ilhas que abrigam populações de aves costeiras e de grande importância turística e pesqueira.

Os PEIs dos empreendimentos a serem licenciados devem contemplar análises de vulnerabilidade com especial atenção:

- às UCs; e
- às espécies ameaçadas presentes na área.

Bacia de Santos

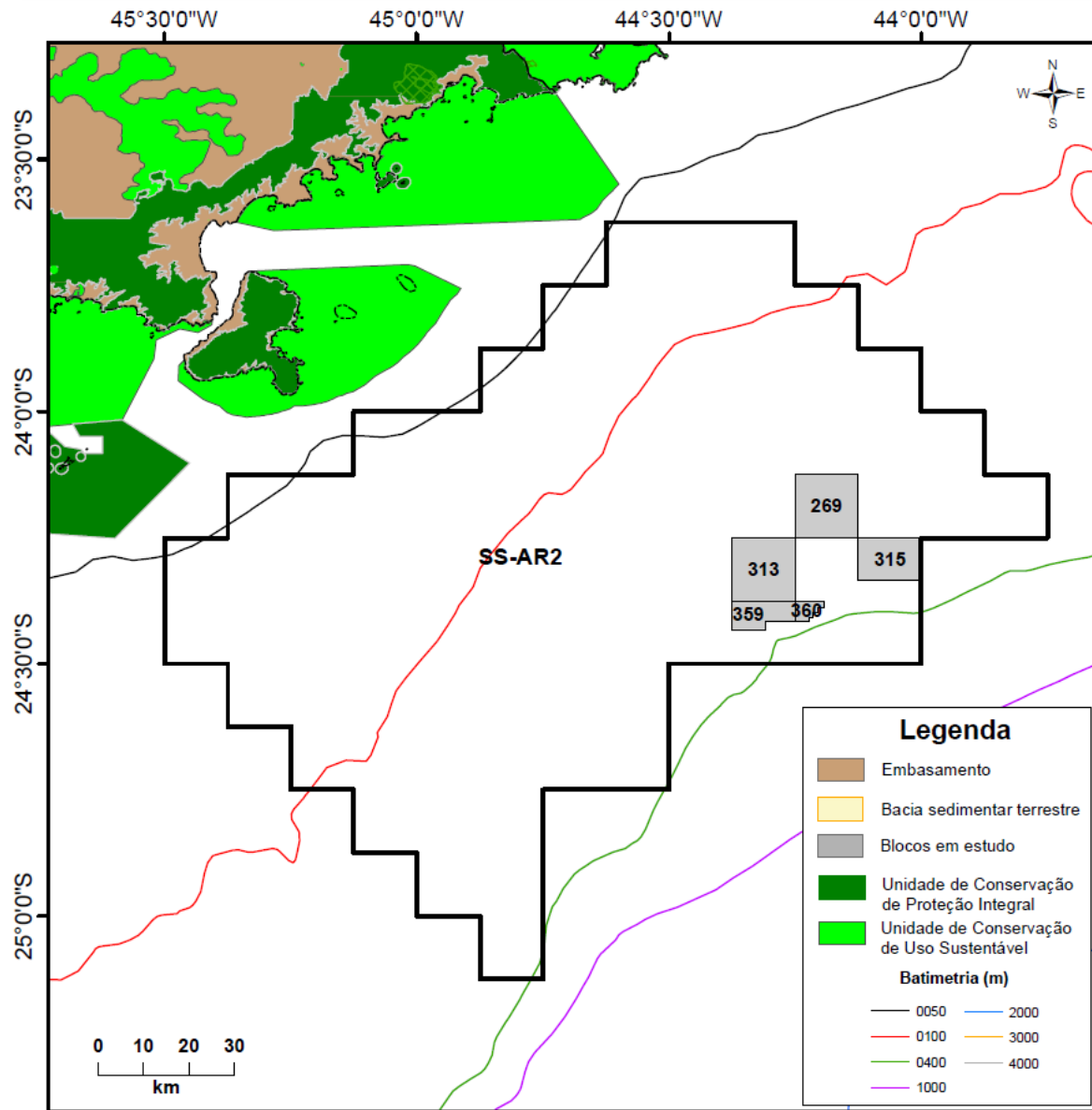


GTPEG

Poderão ser exigidos recursos adicionais aos recursos mínimos previstos na Resolução Conama nº 398/08.

Adicionalmente, caso as modelagens indiquem elevada probabilidade de chegada de óleo nestes ativos ambientais, e a operadora não seja capaz de apresentar estratégias efetivas de resposta, as licenças ambientais poder ser negadas.

Bacia de Santos



GTPEG

Principais questões, na fase exploratória, que serão consideradas para avaliação da viabilidade ambiental:

- Impactos sobre a pesca
 - Cenários com alta probabilidade de toque na costa

Oferta Permanente

Nos termos do Artigo 4º da [Resolução CNPE nº 17](#), de 08 de junho de 2017, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, aprovou o processo de oferta permanente de áreas.

O processo de oferta permanente consiste na oferta contínua de campos devolvidos (ou em processo de devolução) e blocos exploratórios ofertados em licitações anteriores e não arrematados ou devolvidos à agência.

No dia 27 abril de 2018, a ANP divulgou as regras para participação e os parâmetros técnicos e econômicos das primeiras áreas disponíveis para oferta permanente, e no dia 20/07/2018 foi publicada a primeira versão do edital da Oferta Permanente.

Após a divulgação das áreas em estudo e conforme forem sendo obtidas as diretrizes ambientais das áreas, as mesmas serão incluídas no rol de áreas em oferta mediante realização de Audiência Pública para cada conjunto a ser incluído.



www.rodadas.anp.gov.br



Pacote de dados

Considerações Finais



Apesar das observações acerca da sensibilidade ambiental, os 458 blocos apresentados foram considerados aptos à atividade de E&P pelos órgãos ambientais



APPs, áreas alagadas, zoneamentos, áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade, podem determinar medidas de mitigação mais específicas



Os Pareceres Ambientais não substituem o processo de licenciamento ambiental (atribuição dos OEMAs e do Ibama)

Considerações Finais



Os Pareceres Ambientais evidenciam que não há maiores incompatibilidades das áreas em oferta com os objetivos de proteção da qualidade ambiental e antecipam recomendações para o licenciamento na forma de condicionantes e medidas de mitigação



Papel institucional da ANP: avaliação do cumprimento compromissos exploratórios

- Salas de Situação dos Processos de Licenciamento Ambiental: identificação de entraves → cumprimento de prazos → mediação do processo



anp
Agência Nacional
do Petróleo,
Gás Natural e Biocombustíveis

Obrigada!

Contato: rodadas@anp.gov.br

www.anp.gov.br